

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS

**O PROCESSO DE FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL (PDE):
REFLEXÃO SOBRE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE FORMAÇÃO
CONTINUADA DE PROFESSORES NO ESTADO DO PARANÁ**

SIMONE REBELLO BERGMANN

MARINGÁ

2012

SIMONE REBELLO BERGMANN

**O PROCESSO DE FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL (PDE):
REFLEXÃO SOBRE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE FORMAÇÃO
CONTINUADA DE PROFESSORES NO ESTADO DO PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas – Mestrado Profissional, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá (UEM), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Área de Concentração: Elaboração de Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Walter Lúcio de Alencar Praxedes

MARINGÁ

2012

B499 Bergmann, Simone Rebello

O processo de formulação e implementação do Programa de desenvolvimento educacional (pde): reflexão sobre uma política pública de formação continuada de professores no Estado do Paraná./ Simone Rebello Bergmann; orientador Walter Lúcio de Alencar Praxedes – 2012.

82f., 30cm

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, 2012.

1. Professores – Formação Continuada. 2. Educação – Política Pública. 3. Programa de Desenvolvimento Educacional no Paraná. I. PRAXEDES, Walter Lúcio de Alencar, 2012. II. Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas.

CDD (20.ed.) – 378



Universidade Estadual de Maringá

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas – Mestrado Profissional

ATA DA DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DA PÓS-GRADUANDA SIMONE REBELLO BERGMANN REALIZADA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, NO DIA TRINTA E UM DE OUTUBRO DO ANO DOIS MIL E DOZE.

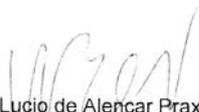
Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano dois mil e doze, às quatorze horas, no Bloco H-35 - Sala 007 realizou-se a defesa pública da dissertação "O processo de formulação e implementação do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE)" de autoria da pós-graduanda **SIMONE REBELLO BERGMANN**, do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas – Mestrado Profissional. A Banca Examinadora constituída pelos professores Dr. Walter Lúcio de Alencar Praxedes (presidente/orientador), Dr. Raymundo de Lima (membro UEM/DFE) e pela professora Dra. Tânia Maria Baibich (membro convidado UFPR), emitiu o seguinte parecer: A BANCA DECIDIU PELA APROVAÇÃO DO TRABALHO DE DISSERTAÇÃO APRESENTADO EM VIRTUDE DE SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES.

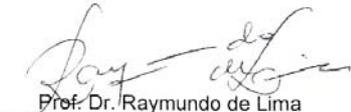
Concluídos os trabalhos de apresentação e arguição, a pós-graduanda foi

APROVADA

REPROVADA

E para constar, foi lavrada a presente ata que vai assinada pelos membros da Banca Examinadora.


Prof. Dr. Walter Lúcio de Alencar Praxedes
(Presidente - Orientador)


Prof. Dr. Raymundo de Lima
(Membro – UEM/DFE)


Profa. Dra. Tânia Mari Baibich
(Membro Convidado – UFPR)

SIMONE REBELLO BERGMANN

**O PROCESSO DE FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE
DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL (PD)**

Aprovada em **31 de outubro de 2012.**

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Walter Lucio de Alencar Praxedes
Orientador
UEM



Prof. Dr. Raymundo de Lima
Membro
UEM



Profa. Dra. Tânia Maria Baibich
Membro
UFPR

DEDICATÓRIA

Esta dissertação é dedicada aos meus netos Maria Eduarda e Leonardo, sementes vivas de esperança, que inspiram meu olhar amoroso e confiante no futuro da educação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por mais esta existência.

A meus pais, Irene e Jacir, que me deram a vida e que foram os meus primeiros mestres.

A meu querido filho Eduardo e a minha nora Adriane, pela inspiração de vida.

A meus irmãos, Ingrid, Viviane, Jacir II e Ana Tereza, por me ensinarem o amor socializado.

Ao senador Roberto Requião, governador no período de formulação e implementação do PDE, por sua visão ampla de estadista, ao priorizar a educação e os educadores em sua gestão. Ao então secretário de Estado da Educação, professor Mauricio Requião de Mello e Silva, pela concepção arrojada de educação, consubstanciada em um programa inédito e avançado de formação continuada de professores, o PDE.

À então secretária Lígia Pupatto, que à frente da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) ajudou a construir, com sabedoria e confiança, a ponte entre a Educação Básica e o Ensino Superior. Ao professor Jairo Pacheco, diretor-geral da SETI, parceiro nas primeiras horas de formulação do PDE, pelo trabalho incansável em favor da consolidação do Programa no interior das Instituições de Ensino Superior do Estado (IES).

À equipe do PDE na Secretaria de Estado da Educação (SEED), pelo trabalho dedicado e pelo profissionalismo. Aos demais colegas da SEED que se envolveram plenamente na implementação do Programa. Também, aos professores da Rede Pública de Ensino, em especial aos professores PDE, por acreditarem na proposta e contribuírem para o seu aperfeiçoamento com seus conhecimentos teórico-práticos.

Igualmente, agradeço aos reitores, aos coordenadores e aos professores orientadores do PDE nas IES, pelo compromisso com o bom desenvolvimento do Programa.

À Escola de Governo do Estado do Paraná, pela oportunidade de minha qualificação em serviço no curso de Mestrado em Políticas Públicas, realizado com todo zelo pela Universidade Estadual de Maringá.

A Luís Felipe, grande companheiro, pelas trocas que vivificam meu caminho. Às professoras Maria Regina Bach e Marise Manoel, amigas de todas as horas, pelas leituras valiosas dos originais e pelo acolhimento fraterno neste momento importante de minha caminhada. Também, aos professores Otto Henrique da Silva e Wellington Tavares pelo seu trabalho especializado no Programa. À Maria Laura Zocolotti, pela esmerada editoração deste trabalho.

Meu agradecimento especial ao professor Walter Lúcio de Alencar Praxedes, pela sensibilidade, confiança e estímulo demonstrados ao partilhar comigo, generosamente, seus conhecimentos e sua sabedoria.

*"A educação modela as almas e recria os corações.
Ela é a alavanca das mudanças sociais."*

(Paulo Freire)

RESUMO

BERGMANN, Simone Rebello. **O processo de formulação e implementação do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE)**: reflexão sobre uma política pública de formação continuada de professores no Estado do Paraná. 2012. 82f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2012.

Este trabalho busca descrever, utilizando-se de procedimentos da pesquisa bibliográfica e documental e do próprio testemunho memorialístico, o processo de formulação e implementação do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), um formato inédito de formação continuada de professores no Paraná, e também no país. A ênfase do relato é no período de 2006 a 2007, época da implementação do Programa, que foi desenhado e implementado como política educacional na gestão do secretário de Estado da Educação Mauricio Requião de Mello e Silva e do governador Roberto Requião, em seus mandatos de 2003 a 2006 e 2007 a 2010. Para sua consecução, a Secretaria de Estado da Educação instituiu parceria com a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) e com as Instituições de Ensino Superior Públicas do Estado do Paraná. Foi consolidado como política pública de Estado por meio da Lei Complementar n.º 130/2010.

Palavras-chave: Formação Continuada de Professores. Política Pública. Programa de Desenvolvimento Educacional no Paraná.

ABSTRACT

BERGMANN, Simone Rebello. **The process of formulation and implementation of the Educational Development Program (PDE)**: reflection about a public policy of continuing education of teachers in the State of Paraná. 2012. 82p. Dissertation (Professional Master in Public Policy) – State University of Maringá. Maringá, 2012.

This paper seeks to describe, using procedures of bibliographic and documentary researches and also own personal memoirist testimony, the formulation and implementation foundations of the "Educational Development Program" (PDE), an unprecedented format of continuing education for teachers in the State of Paraná, and also in the whole country. The report's emphasis encompasses the period from 2006 to 2007 covering the program's time of implementation, designed and deployed as educational policy, managed by the Secretary of State for Education Mauricio Requião de Mello e Silva and Governor Roberto Requião during the terms of office from 2003 to 2006 and from 2007 to 2010. For the Program's achievement, the State Department of Education established partnerships with the State Department of Science, Technology and Higher Education (SETI) and with Public Higher Education Institutions of Paraná's State. It was established as public policy through the State Complementary Law n.º 130/2010.

Keywords: Continuing Education of Teachers. Public Policy. Educational Development Program in Paraná.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 MEMORIAL: ENTRE FORMAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES	17
3 MARCO LEGAL DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL (PDE)	25
3.1 Leis, Decretos, Resoluções e Instruções do Programa.....	28
3.2 Pressupostos Conceituais Básicos do PDE	36
3.3 Plano Integrado de Formação Continuada	41
3.3.1 Eixo 1: Atividades de Integração Teórico-Práticas.....	42
3.3.2 Eixo 2: Atividades de Aprofundamento Teórico	46
3.3.3 Eixo 3: Atividades Didático-Pedagógicas com Utilização de Suporte Tecnológico.....	47
4 O PDE E SUA TRAJETÓRIA DE IMPLEMENTAÇÃO	51
4.1 Problemas, Impasses e Soluções.....	56
4.2 Grupos de Trabalho em Rede (GTR): uma breve reflexão	63
4.2.1 GTR: entre o dito e o feito	64
4.2.2 GTR: período de consolidação.....	67
5 INDICAÇÕES PARA A CONTINUIDADE E MELHORIA DA POLÍTICA PÚBLICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DO PDE	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS	77

1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas de formação de professores têm sido alvo de diversos estudos em espaços e fóruns de debate sobre educação. Este trabalho é um desses estudos, e busca descrever, utilizando-se de procedimentos da pesquisa bibliográfica e documental e do próprio testemunho memorialístico, o processo de formulação e implementação do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), no Paraná, um formato inédito de formação continuada.

A ênfase do relato é o período de 2006 a 2007, época da implementação do Programa, que foi desenhado e implementado como política educacional na gestão do secretário Mauricio Requião de Mello e Silva e do governador Roberto Requião, nos mandatos de 2003 a 2006 e 2007 a 2010, e que se tornou uma política pública de Estado em 2010.

O Programa se constituiu, efetivamente, como uma política pública de formação continuada de professores adotada pelo Estado do Paraná a partir de 2007, mediante parceria entre as Secretarias de Estado da Educação (SEED) e Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), com as Instituições de Ensino Superior Públicas do Estado do Paraná, e foi consolidado como política de Estado por meio da Lei Complementar n.º 130/2010.

Embora existam muitas pesquisas sobre a formação continuada de professores, um olhar mais atento para o PDE, que se diferencia em vários aspectos dos formatos já vivenciados na educação brasileira, é essencial tanto para a análise da história das formações continuadas da educação brasileira, como das formações continuadas ofertadas pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Este estudo aborda uma política pública específica de formação continuada de professores, cuja elaboração e implementação representam uma posição ousada em termos da proposta pedagógica e do formato, o que exigiu opção política clara e grandes investimentos.

A proposta de formação continuada concretizada mediante a implantação do PDE no Estado do Paraná objetivava uma formação teórica que possibilitasse ao professor refletir, de forma aprofundada, sobre sua disciplina e sobre dificuldades

percebidas em seu trabalho diário. Nesse sentido, o PDE propôs formação vinculada à realidade escolar. Isso quer dizer que a formação está voltada para uma dificuldade concreta que o professor percebe em sua prática, cuja compreensão requer estudo teórico. O professor participante do Programa, além de aprofundar os seus conhecimentos teóricos, propõe a elaboração de material didático, que constitui uma das estratégias de ação do currículo do Programa. Em seguida, implementa as ações na escola, visando à superação dos obstáculos anteriormente diagnosticados, ou seja, vislumbra a possibilidade de mudanças efetivas das práticas escolares.

O PDE tem duração de dois anos e é organizado em quatro períodos semestrais com atividades que se complementam. No primeiro ano, o professor é liberado 100% de suas atividades para estudos teóricos e, no segundo, em 25% para implementação de um projeto de pesquisa a partir de um problema diagnosticado na realidade concreta da escola. No primeiro período, o professor PDE elabora, com a orientação de professor das universidades e faculdades parceiras, seu projeto de intervenção pedagógica, e, no segundo, apresenta sua proposta de material didático. No terceiro período, implementa o projeto na escola e, no quarto, produz um artigo, com formato acadêmico, que reflete teoricamente o processo de implementação. Além dessas atividades, o professor participa de eventos acadêmicos e outras atividades formativas, presenciais e a distância, que visam formação e socialização de conhecimento adquirido pela participação no Programa.

Tal proposta de formação docente considera fundamental a relação entre professor, escola e universidade, para que se rompa com a tradicional dicotomia que circunda a formação de professores. A dicotomia está situada entre dois polos antagônicos, quais sejam: a formação acadêmica e a formação na prática.

A pesquisa sobre formação de professores vem se atendo a essas formações complexas que se operam no interior das escolas há pelo menos 15 anos. Isso se faz sentir em vários lugares do mundo, extrapolando a perspectiva técnica da formação de professores, que se restringia praticamente ao âmbito de procedimentos didáticos operacionais (MARCELO, 1998; ZEICHNER, 1998; ANDRÉ, SIMÕES, CARVALHO e

BRZEZINSKI, 1999; BRZEZINSKI e GARRIDO, 2001). Na atual perspectiva mundial de tais pesquisas, o quadro de análise torna-se muito mais complexo, superando os modelos prescritivos de pesquisa sobre formação, e, nesse sentido, abre-se a possibilidade de pesquisas que contemplem processos na formação de professores e suas implicações sobre a carreira e exercício profissional.

O referencial teórico aqui utilizado se baseia nos conceitos de "*habitus*" e "campo" de Pierre Bourdieu (2011). Na abordagem relacional, os objetos de pesquisa precisam ser considerados em seu movimento, em suas relações. Não podem ser analisados como que recortados do campo a que pertencem e de maneira estática, mas devem ser considerados como elementos que estão colocados em um campo de força, no qual os agentes estão em interdependência com outros agentes, (BOURDIEU, 2004). Nesse sentido, entende-se que os campos ocupam lugares no espaço social, constituído de instituições e por agentes em constante relação. A sociedade é composta por variados campos que coexistem no espaço social (BORDIEU, 1998). É função do pesquisador, neste estudo, considerar nas análises as relações que estão colocadas no campo a que pertence o objeto de estudo. Desse modo, estão no campo educacional o PDE, as universidades que se encarregam dele, as escolas e todos os agentes que lá desenvolvem suas ações.

Assim, nesta dissertação, a perspectiva relacional proposta por Bourdieu orienta o relato memorialístico, por permitir realizar análises sobre as relações de poder efetivadas nas arenas políticas onde se articulam e definem as políticas públicas, e por permitir compreender que os agentes constantemente procuram – de forma consciente ou não – modos de se diferenciar dos outros agentes, como forma de garantir ou melhorar a sua posição no campo.

Essa análise passa pelo entendimento das relações que ocorrem com esses agentes e instituições. Mediante a constituição e existência dos *habitus*, os indivíduos conformam suas ações, seus comportamentos e percepções, inclusive os motivos que orientam as opções e ações políticas de um determinado governo. Nesse sentido, o embate interno, nesse campo, também se fomenta a partir do *habitus* – são as lutas simbólicas.

Habitus são sistemas de disposições duráveis, "estruturas estruturadas" predispostas a funcionar como "estruturas estruturantes", isto é, princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente reguladas e regulares sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim, sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los, e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente (ORTIZ, 1983).

Em outras palavras, *habitus* é o que rege as percepções e guia as ações dos indivíduos. São estruturas estruturadas no social, predispostas a funcionar como estruturas estruturantes das percepções e das práticas que o indivíduo realiza. É matriz cultural que predispõe definidores e gestores de políticas públicas a fazerem escolhas. É sistema de possibilidades individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido nas e pelas experiências práticas, constantemente orientadas para funções e ações do agir cotidiano (SETTON, 2002).

É por meio do *habitus* que o indivíduo se identifica com o grupo social ao qual pertence. Isso significa que indivíduos pertencentes a um mesmo grupo social têm percepções parecidas, mas não idênticas, uma vez que o *habitus* é uma construção histórica que guarda todas as experiências passadas, e não sendo as mesmas entre os indivíduos. Por serem percepções parecidas, geram ações e comportamentos semelhantes também.

Os dados aqui dispostos são decorrentes da análise memorialística e documental sobre todo o processo de elaboração e implementação do PDE, a partir de uma visão pessoal: a perspectiva da gestora do Programa, autora deste trabalho. Dentre os documentos, destaco o documento-síntese do Programa, a legislação elaborada durante o período já recortado, o registro dos relatórios e de ajuda memória das reuniões que pautavam a implementação.

Esta dissertação está organizada em cinco capítulos, seguidos das Considerações Finais, sendo o primeiro esta Introdução. O segundo, apresenta o Memorial – entre formações e transformações, cujo objetivo é demonstrar a cons-

trução de meu *habitus*, pois este também orientou a construção da proposta do PDE, bem como possibilitou a minha participação nesse campo das políticas públicas do Estado do Paraná.

O terceiro capítulo trata do marco legal do Programa. Nele são elencadas todas as legislações que criam e normatizam a formação continuada do PDE, seus pressupostos conceituais básicos e o Plano Integrado de Formação Continuada. São descritas as atividades de integração teórico-práticas, atividades de aprofundamento teórico e atividades didático-pedagógicas, com utilização de suporte tecnológico. Destaco, nesse processo, o não fechamento do Programa à diversidade das concepções teóricas presentes nas Instituições de Ensino Superior parceiras, ou seja, o Programa esteve aberto a todas as concepções teóricas que circulam nos ambientes acadêmicos.

O quarto capítulo trata da trajetória da implementação do PDE por meio de um relato memorialístico de minha perspectiva enquanto gestora, como referido anteriormente. Ali se apresentam os problemas, impasses e soluções encontrados no momento em que o Programa saía do plano intelectual para o plano prático. Também nesse capítulo se descreve a implementação do Grupo de Trabalho em Rede, pois esse é um aspecto essencial do Programa – trouxe grande inovação, ao unir o uso da tecnologia e a formação em rede.

No quinto capítulo, apresento indicações para a continuidade e melhoria da política pública de formação continuada de professores do PDE. Trata-se de apontamentos que consideram a experiência na gestão do Programa e incorporam possibilidades para as limitações impostas à época, tanto pela dinâmica do processo de implementação, como pelo tempo em que ocorreram.

2 MEMORIAL: ENTRE FORMAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES

Compreender o que determinou ou influenciou os caminhos que trilhamos em nossa vida profissional, acadêmica ou mesmo pessoal exige de nós o exercício da memória, que possibilita resgatar em nossa história as estruturas do *habitus*, conceito formulado por Bordieu, que ao desenvolvê-lo, diz que:

[...] los agentes que ocupan posiciones vecinas en este espacio son colocados em codiciones parecidas y por tanto están sujetos a similares factores condicionantes: en consecuencia, tienen todas las posibilidades de tener disposiciones e intereses semejantes, y así de producir prácticas y representaciones de una especie similar. Aquéllos que ocupan las mismas posiciones tienen todas las posibilidades de tener los mismos *habitus*, al menos hasta el punto de que las trayectorias que les han llevado hasta estas posiciones son ellas mismas similares (BOURDIEU, 2000, p.108).

Neste registro de memórias, digo que nasci em Curitiba-PR, no dia 17 de outubro de 1958, na Casa de Saúde São Vicente, pelas mãos do obstetra doutor Domício Costa, em uma família de religião espírita kardecista. Filha de Irene Rebello Bergmann, funcionária pública, e Jacir Cordeiro Bergmann, comerciante. Fui a segunda de cinco filhos.

Aqui, descrevo vivências que, como aponta Bourdieu, revelam a construção de meu *habitus*, o que permitiu ou orientou as escolhas, as decisões, os caminhos pessoais e profissionais. Assim, os campos por onde transito e os capitais que formei são construções a partir dessas experiências.

Tive uma infância tranquila e alegre. Minha mãe herdou, de meus avós, a intimidade com a leitura e fui agraciada com a homenagem feita, por ela, à escritora Simone de Beauvoir, batizando-me "com um nome de pronúncia suave que remetia a uma grande intelectual".

Segundo o relato de meus pais, meus avós maternos, Thomaz Rebello e Thereza Tesserolli Rebello (ele militar do Exército e ela do lar) e paternos, Lauro Carneiro Bergmann e Anésia Cordeiro Bergmann (ele também militar do Exército e ela também do lar), comemoraram com alegria a minha chegada.

A primeira lembrança que tenho do espaço que chamamos lar é de nosso apartamento na rua João Gualberto, bairro do Juvevê, onde, aos três anos, já demonstrava sensibilidade artística ao desenhar, para minha mãe, com lápis de cera colorido, um animalzinho na parede branca recém-pintada. Minha mãe já não trabalhava fora e estava o dia todo envolvida no cuidado dos filhos e da casa. Lembro, dessa época, da rigidez nos horários, tanto para as refeições como para tarefas escolares e hora de dormir. Era inadmissível não se sentar à mesa para as refeições, e minha mãe era extremamente zelosa com nossa alimentação e cuidados pessoais.

Chegando à idade escolar, fui matriculada na pré-escola no Colégio Divina Providência, um dos mais tradicionais da cidade, gerido pela congregação das irmãs da Divina Providência. Ali me apresentei pela primeira vez numa peça de teatro infantil que representou La Fontaine, e só me lembro de que queria ser o sol.

Ainda na infância, iniciei aulas de piano, que se estenderam por 11 anos, com a professora Dona Lecy. Essa era a atividade que eu mais amava. Passei, ainda, a frequentar aulas de balé clássico no Clube Curitibano, tradicional clube da sociedade paranaense.

Ainda no Ensino Fundamental, mudei de escola e fui estudar no Instituto Beatíssima Virgem Maria, pois minha mãe queria as três filhas na mesma escola. Nessa escola, ainda se adotava a palmatória, e lembro-me o quanto fiquei mal impressionada com esse procedimento. Lá, passávamos o período integral e o colégio era misto – meninos e meninas.

Estudei no Colégio Sacre Coeur de Marie (Congregação das Irmãs do Sacre Coeur de Marie – educandário religioso feminino fundado em 24 de fevereiro de 1849, em Beziere, na França. Seus fundadores foram o padre Pedro Antonio Gailhac e madre S. Jean Pelissier Cure, e tinham a educação como finalidade. As irmãs chegaram ao Brasil em 11 de março de 1911). Escola de congregação francesa, cumprimentávamos as freiras e as colegas em francês "bonjour ma mère, comment allez vous?, je suis bien", com genuflexão, quase em um passo de balé. Diariamente, nos reuníamos no salão principal para cantar o hino nacional e rezarmos a Ave Maria (em francês). O método adotado nas primeiras séries era o Montessori. A condução à escola era feita num ônibus e o motorista, por muitos anos, foi o senhor Raul. O uniforme era bonito e

tradicional, igual ao das alunas francesas, usávamos pelerine e boina, saia a três dedos acima dos joelhos. A casa onde funcionava o Colégio era de propriedade do senhor Bento Munhoz da Rocha, governador do Estado na década de 1950, e ficava em frente ao Graciosa Country Clube.

Nossa mudança para o Sacre Coeur de Marie foi determinada, entre outros fatores, pelo fato de ser essa uma escola conceituada, de formação rígida e consistente e que oferecia o Primeiro Grau completo.

Nessa época, duas vezes por semana eu frequentava a Escolinha de Artes da Biblioteca Pública do Paraná, tendo aulas de pintura e cerâmica, e, lembro-me até hoje, eu adorava. Minha família mudou-se para nova residência na rua Alberto Fologi, 111, no Centro Cívico, em 1965. Uma casa ampla e confortável, idealizada pelo arquiteto Paulo Valente, amigo de meu pai. Meus pais recebiam muitos amigos nessa casa. Viajávamos com frequência e foi emocionante ver as Cataratas do Iguaçu pela primeira vez. Estávamos hospedados no Hotel das Cataratas.

No Sacre Coeur de Marie já tinha meu grupo de amigas. A professora, à época, chamava-se Edy. O time do coração era, desde então, o Clube Atlético Paranaense e, mesmo com toda a influência de minha querida amiga, filha do presidente do Coritiba Foot Ball Club, por três décadas, não me converti. Íamos assistir aos jogos na tribuna de honra do alviverde e há amizade entre nós até hoje.

Tenho lembrança de que, desde minha infância, nossa casa era frequentada por autoridades, desde o governador até desembargadores e juízes. As conversas eram o que se costumava dizer às crianças "conversas de adulto", e minha mãe se preocupava pedindo para que fôssemos educados e nos portássemos com polidez diante das visitas. Em Guaratuba, nas temporadas de verão, recebíamos essas mesmas visitas para jantares em nossa casa. Talvez nessas visitas tenham acontecido os primeiros contatos, embora apenas ouvidos, com o termo políticas públicas.

Já na adolescência, as férias de julho e o Carnaval eram passados no Rio de Janeiro, na casa de um tio por adoção. Ficávamos em Copacabana, na rua Fernando Mendes, 19, em um prédio ao lado do Copacabana Palace. A confeitaria Colombo era a escolhida para diversas tardes de lanches. Passeávamos em Petrópolis (museu) e Teresópolis, na Quinta da Boa Vista.

Foi enquanto aluna do Sacre Coeur de Marie que iniciei atendimento a comunidades carentes. Fazíamos trabalho voluntário, orientado pelas freiras, em uma favela ao lado do colégio, na BR 116, em frente ao Centro Politécnico.

Na adolescência, cursei o Ensino Médio no Colégio Sagrado Coração de Jesus, fazendo o curso científico. No primeiro ano, cursava Laboratórios Médicos. Era a época da Lei n.º 5692, que tornou obrigatórios os cursos técnicos. Ainda estudava piano, agora com a professora Sheila, e participava da equipe juvenil de vôlei do Clube Curitibano.

No colégio, estudava a língua espanhola, na Aliança Francesa fiz curso de francês e no Interamericano fiz o curso de inglês. Essas eram consideradas línguas obrigatórias para uma parcela dos jovens que estudavam comigo ou eram meus amigos.

Os finais de semana eram passados na chácara de meus pais, em Araucária, Região Metropolitana de Curitiba. Como todas as meninas dessa geração, o baile de debutantes foi um marco que cumpria o protocolo como uma permissão para participar da vida social – os bailes do Clube Curitibano, do Clube Santa Mônica e do Clube Sírio Libanês.

Apesar da vida confortável e alegre, não ficamos imunes ao contexto político-social da época repressiva e da censura do regime militar. Quando chegou a época de me preparar para o vestibular, fui estudar no Colégio Dom Bosco, que oferecia o cursinho pré-vestibular, sendo aprovada para o curso de Ciências Sociais (noturno) na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR). Nesse curso, entro em contato com o pensamento de esquerda, embora não participe do movimento estudantil.

Nessa época, havia muitas festas em minha casa, com conjuntos musicais que tocavam ao vivo. Passávamos o período de férias em nossa casa em Guaratuba, no litoral paranaense. Lá, frequentávamos o late Clube para jogar vôlei, usar a piscina, ir aos bailes e andar de barco.

Na sequência, providencio minha carteira de identidade e obtenho minha carteira nacional de habilitação, para ganhar, de meu pai, meu primeiro carro. Minha rotina de trabalhar durante o dia e estudar à noite prolongou-se por muito tempo.

Na Pontifícia Universidade Católica, conheci meu primeiro marido, estudante de Direito, que frequentava as aulas no mesmo prédio em que eu estudava. Lembro que fomos apresentados por Avelino Vieira, filho dos Vieira do antigo Banco Bamerindus. Tenho, até hoje, amizade com colegas da universidade.

Meu primeiro casamento foi realizado na Igreja de Santa Terezinha, tradicional igreja dos casamentos de Curitiba, e a recepção aconteceu no Buffet Ilha do Mehl.

Em 1980, aos 22 anos, estava recém-casada, trabalhava no Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), e estudava à noite, na PUC. No dia 19 de janeiro de 1981, nasceu meu primeiro e único filho, Eduardo Bergmann Moura, de parto normal, no hospital Santa Cruz, pelas mãos do obstetra doutor Jacyr Leal. Um bebê lindo, saudável, de olhos cor de jabuticaba.

Nesse tempo, já vivia uma nova etapa de minha vida, onde os dias de *glamour* ficam para trás e se impõe outra realidade, que inclui ser uma mãe jovem, que trabalhava e estudava e cujas circunstâncias da vida conduziram a um processo de separação.

Quanto à minha trajetória profissional e acadêmica, desde jovem, as questões políticas e sociais exerceram grande influência em minha formação, talvez por reflexo do contexto vivido nas décadas de 1960 e 1970, período da ditadura militar no Brasil. Compreender essas questões marcantes na história do país me conduziram a escolher, como curso superior, a graduação em Ciências Sociais. Ingressei na PUC/PR em 1977 e concluí a graduação em 1981. Essa formação me propiciou, durante o primeiro ano do curso, ingressar no IparDES, como estagiária. Essa atividade formativa permitiu a minha inserção no campo empírico das pesquisas sociais realizadas pelo Instituto e contribuiu para o meu aperfeiçoamento teórico e metodológico em relação aos procedimentos utilizados nas pesquisas sociais, além de estreitar o convívio com profissionais altamente qualificados em cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Essa vivência foi marcante durante toda a minha trajetória profissional e acadêmica, influenciando as minhas condutas como pesquisadora de carreira no IparDES e gestora de políticas públicas nas Secretarias de Estado do Planejamento, do Trabalho e, mais notadamente, na Secretaria da Educação.

Em 1982, fiz a especialização em Desenvolvimento Rural e Abastecimento Alimentar Urbano, na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Realizei, ainda, outros cursos, após a graduação, sempre articulados com a minha formação em Ciências Sociais, entre eles o de "Capacitação em Desenho e Gestão de Programas Sociais," promovido pela Casa Civil da Presidência da República e executado pelo Iparde, assim como fiz parte de equipes técnicas responsáveis pela elaboração, implantação, implementação e avaliação de políticas públicas.

Em 1997, o ministro do trabalho Edward Amadeo esteve em Curitiba proferindo palestra na Secretaria Estadual do Trabalho e estava com ele seu chefe de gabinete, Pedro Henrique Bório, amigo de minha família. Na primeira oportunidade em que estive em Brasília, fui ao gabinete do ministro em visita de cortesia a Pedro Henrique e manifestei interesse em ter contato com a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Um ano depois, eu iria estudar na Itália, na OIT, em Turin, a convite do governo italiano para participar do Programa de Formação "Rol de las Organizaciones de Empleadores en el apoyo a las Micro y Pequeñas Empresas", o que agregou, à minha formação, uma visão diferenciada das organizações sociais de pequenas e microempresas.

Essa experiência serviu como pilar fundamental de qualificação profissional para, posteriormente, assumir a gestão de diversos programas voltados para a área social. Após período de amadurecimento profissional, alcançado por meio dos cursos e pela experiência como pesquisadora no Iparde, e de gestora em programas das Secretarias, parti em busca de maior aprofundamento teórico, cursando a Especialização em Economia do Trabalho, ofertada pela Universidade Federal do Paraná, no ano de 2002.

Em decorrência das atividades realizadas no Iparde e nas Secretarias de Estado do Planejamento e do Trabalho, fui convidada, em 2003, a trabalhar na SEED e, posteriormente, a colaborar na elaboração de proposta de implantação do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE). Após, assumi a Coordenação do PDE com a responsabilidade de implantá-lo em todo o Paraná, o que de fato ocorreu. O Programa se tornou a principal política pública de formação de professores no Estado do Paraná.

Tenho a consciência de que a minha trajetória acadêmica e profissional foi decisiva para superar os obstáculos que se apresentaram, além de contar com a

colaboração de uma equipe técnica altamente qualificada para realizar todo o processo que culminou na proposta.

O Programa de Desenvolvimento Educacional apresentou uma nova política de formação continuada e valorização dos professores da Educação Básica da Rede Pública Estadual, cuja concepção político-pedagógica inaugura uma importante parceria entre a Educação Básica e o Ensino Superior.

Na gestão do PDE, tive a responsabilidade de atuar como articuladora das diferentes dimensões do Programa, para atingir os objetivos constantes em sua proposta político-pedagógica, entre elas: a pedagógica, que se relaciona com as questões específicas dessa natureza; a institucional, que se vincula aos demais departamentos e coordenações no interior da Secretaria de Estado da Educação do Paraná; e a interinstitucional, que diz respeito às relações entre as Secretarias de Estado da Educação e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, além das Instituições de Ensino Superior parceiras no PDE, entre outras. Na dimensão interinstitucional, o programa estabeleceu parceria com oito universidades (6 estaduais e 2 federais) e 14 faculdades estaduais paranaenses.

O desafio de estar na gestão dessa política pública me levou a refletir sobre os princípios gerais de funcionamento das organizações sociais, principalmente no que se refere à implementação e gestão de políticas públicas.

Os objetivos que me levaram a buscar o Mestrado Profissional em Políticas Públicas estiveram voltados à aquisição de elementos conceituais que me permitissem compreender, de modo aprofundado, as questões que emergem do campo empírico da pesquisa. Entendo, portanto, que a teoria me oferece elementos conceituais fundamentais para buscar compreender a gestão das políticas públicas, especialmente a do PDE, na sua concepção, gestão e implementação.

Para isso, é necessário compreender que a sociedade é constituída por uma teia de relações, e que o entendimento dela é indispensável para conhecer a complexidade da dinâmica social. Ou seja, a minha expectativa para o curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas foi apreender essas ferramentas teóricas que permitem compreender o real, para além da aparência do fenômeno observável.

Nesses últimos anos, estando à frente do Programa de Desenvolvimento Educacional do Paraná, vivenciei a minha mais importante experiência na administração pública paranaense. Considero o PDE o maior desafio da minha carreira profissional, em virtude das características apontadas anteriormente, com relação à minha função de gestora e pela dimensão do PDE, pois este agrega duas Secretarias de Estado¹, 14 Instituições Públicas de Ensino Superior², 32 Núcleos Regionais de Educação, 7.200 professores PDE³, além dos demais professores da Rede que se envolvem indiretamente no Programa, algo que, no ano de 2010, totalizou cerca de 30.000 professores, número maior que o de algumas redes públicas de ensino.

Paralelo a isso, a minha vida pessoal teve as recompensas da experiência de ser avó de duas crianças, seres em que percebo o ciclo da vida que se retoma de forma mais amadurecida e especial – as crianças representam esperanças de renovação, inclusive no âmbito social. É essa esperança que faz com que eu aposte nas políticas públicas como um processo de possibilidade de mudança, de equilíbrio social.

Acreditar no Programa de Desenvolvimento Educacional como política pública para a educação, mais especificamente para a formação continuada de professores, é alimentar essa esperança que é pautada no saber, ou melhor, na emancipação pelo conhecimento.

¹ Secretaria de Estado da Educação (SEED) e Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI).

² Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Universidade do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO), Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá (FAFIPAR), Faculdade de Artes do Paraná (FAP), Escola de Música e Belas Artes do Paraná (EMBAP), Faculdade Estadual de Educação Ciências e Letras de Paranaíba (FAFIPA), Faculdade Estadual de Filosofia Ciências e Letras de União da Vitória (FAFIUV), Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (FECILCAM).

³ Professor da Rede que ingressa no PDE/PR entre 2007 a 2010.

3 MARCO LEGAL DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL (PDE)

O Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) da Secretaria de Estado da Educação do Paraná foi idealizado durante a elaboração do Plano de Carreira do Magistério (Lei Complementar n.º 103, de 15 de março de 2004, que disciplina a promoção do professor para o nível III da Carreira), a partir de reuniões conjuntas entre gestores públicos e representantes do Sindicato dos Professores da Rede estadual do Paraná, APP-Sindicato. Com uma fase complexa de elaboração, a efetivação do PDE teve início em 2006, com o processo seletivo de 1400 professores da primeira turma e, em 2007, com as atividades de formação.

Este capítulo procura refletir sobre o processo de elaboração do PDE, apontando suas características fundamentais. Na elaboração da proposta, foi necessário levar em consideração a situação da formação continuada de professores no Estado do Paraná e suas reais necessidades, articulando-as às demais já desenvolvidas no âmbito da Secretaria de Estado da Educação. O PDE não está vinculado ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), programa implantado em âmbito federal, lançado à mesma época, mas com características diferenciadas. O PDE/PR foi totalmente financiado com recursos do Tesouro estadual.

O PDE do Paraná não era o único programa de formação de professores na SEED. Ele se insere num contexto, num programa político que previu vários projetos de valorização do professor, do aluno, do corpo de servidores, enfim da escola pública.

Quando se pensou na formatação do PDE, estavam estabelecidos os princípios norteadores da Secretaria de Estado da Educação e as orientações programáticas para a gestão de políticas públicas do período, conforme quadros 1, 2 e 3 apresentados a seguir.

QUADRO 1 - PRINCÍPIOS NORTEADORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

- Defesa da educação como direito de todos.
- Valorização dos profissionais da educação.
- Garantia de escola pública, gratuita e de qualidade.
- Atendimento à diversidade cultural.
- Gestão democrática e colegiada.

FONTE: SEED (2003-2010)

QUADRO 2 - ORIENTAÇÕES PROGRAMÁTICAS PARA A GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS – 2003/2010

Retomada do Estado no planejamento, organização e implementação das políticas educacionais.

- Visão da totalidade na articulação dos diferentes níveis e redes do sistema educacional.
- Integração intra-institucional e interinstitucional, estabelecimento de parcerias, termos de cooperação e convênios.
- Defesa da capacidade produtiva dos professores e do trabalho coletivo.
- Recuperação da escola pública, com provimento efetivo de profissionais e apoio à prática pedagógica.
- Articulação com as Instituições de Ensino Superior, na busca da qualidade da formação inicial dos profissionais da Educação.
- Organização de programas de formação continuada dos profissionais da rede estadual de Ensino.
- Luta pela indissociabilidade no acesso e permanência na escola de todos os alunos no Ensino Fundamental, com garantia de qualidade do ensino.
- Combate ao analfabetismo, luta contra todas as formas de discriminação e resgate das dívidas histórico-sociais da educação brasileira.

Estímulo à produção, aos estudos e à organização de pesquisas científicas como base para as ações implementadas.

- Implementação de proposta educacional específica do Estado, respeitando a autonomia da escola na organização do projeto político-pedagógico, a partir da definição das diretrizes curriculares do Estado.
- Implementação de uma escola alegre, viva e dinâmica, que atenda às necessidades e interesses dos alunos e da comunidade.
- Busca da universalização da educação em todos os níveis e modalidades de ensino.
- Atendimento às necessidades básicas de funcionamento de uma escola de qualidade e avanço no uso de tecnologias educacionais na defesa da inclusão digital.

FONTE: SEED (2003-2010)

Observa-se que são princípios e propostas que trazem em seu bojo avanços no sentido de responder aos anseios das classes populares, dos trabalhadores, das camadas menos favorecidas da população, cujos filhos estão na escola pública. Assim, também o PDE apresenta tal preocupação e se articula às demais políticas do Estado.

De acordo com documentos da SEED/SUED, a proposta da Educação para a gestão 2007-2010, que consolidou as ações iniciadas em 2003-2004, esteve estruturada conforme apresentado a seguir.

QUADRO 3 - PROPOSTA DO GOVERNO PARA A GESTÃO 2007-2010

<p>TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS PARA O AVANÇO DA ESCOLA PÚBLICA</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Portal Dia a Dia Educação ▪ TV Paulo Freire ▪ Paraná Digital ▪ Coordenações regionais de tecnologia educacional ▪ Dotar todas as salas de aula de TV e DVD com acesso digital
<p>INTEGRAÇÃO CURRICULAR NA FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação de Centros Poliesportivos/Culturais ▪ Projeto Educação Com Ciência ▪ Festival de Arte da Rede Estudantil – FERA ▪ Jogos estudantis ▪ Centro de Língua Estrangeira ▪ Parque Newton Freire Maia ▪ Programas Sociais Contemporâneos
<p>APOIO AOS ESTUDANTES</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Distribuição do Livro Didático ▪ Merenda escolar ▪ Implantação de Centros Multiprofissionais ▪ Projeto de apoio ao vestibular ▪ Atendimento hospitalar e domiciliar ▪ Programa de avaliação especializada
<p>VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Formação continuada ▪ Programa de atendimento ocupacional ▪ Produção docente ▪ Programa de Desenvolvimento da Educacional ▪ Cursos de formação aos diretores ▪ Planos de carreira dos profissionais da Educação ▪ Avaliação de desempenho dos profissionais ▪ Realização de concursos públicos ▪ Cursos de formação continuada aos docentes da rede municipal da Educação Infantil e do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental ▪ Manutenção da isenção da contribuição previdenciária aos servidores aposentados
<p>ATENDIMENTO AOS NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINO</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Universalização do Ensino Fundamental ▪ Ampliação do Ensino Médio ▪ Cursos Técnico-profissionais ▪ Cursos de Magistério ▪ EJA Profissionalizante ▪ Educação de Jovens e Adultos ▪ Educação Especial ▪ Educação Escolar Indígena ▪ Educação do Campo ▪ Programa Paraná Alfabetizado ▪ Programa de Pós-Alfabetização
<p>ATENDIMENTO À DIVERSIDADE, ÀS DIFERENÇAS REGIONAIS E CULTURAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Escola Itinerante ▪ Escola das Ilhas ▪ Comunidades dos quilombolas ▪ História e cultura afro-brasileira e africana ▪ Programa de tradição paranaense geral e regionalizada
<p>MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Escola da gente ▪ Autonomia didático-pedagógica das escolas ▪ Implantação do contraturno ▪ Diminuição gradativa do número de alunos por turma ▪ Sistema de avaliação institucional ▪ Infraestrutura das escolas ▪ Programa de bibliotecas escolares ▪ Gestão democrática e colegiada

FONTE: SEED (2003-2010)

A SEED estabelece essas ações, enfrentando tanto os problemas da educação pública paranaense como as expectativas dos seus profissionais. Nessa perspectiva, as ações foram convergindo para a construção de propostas novas, entre elas o PDE.

3.1 Leis, Decretos, Resoluções e Instruções do Programa

Sobre a construção legal do Programa, apresentamos, em ordem cronológica, a legislação pertinente, tanto nacional como estadual. O quadro 4, a seguir, apresenta esse marco legal.

QUADRO 4 - MARCO LEGAL DO PDE

continua

- Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- Lei n.º 10.172, de 9 de janeiro de 2001 - aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.
- Lei complementar n.º 103 - 15/03/2004, publicada no Diário Oficial n.º 6687, de 15/03/2004. Súmula: Institui e dispõe sobre o Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná e adota outras providências.
- Decreto n.º 4482 - 14/03/2005, publicado no Diário Oficial n.º 6933, de 14/03/2005. Súmula: Implantado o Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE, que disciplina a promoção e progressão do professor no nível III da carreira.
- Edital n.º 39/06 - DG/SEED - Edital de inscrição no processo de seleção de professores da rede pública estadual para o Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE, SEED, 10 de março de 2006.
- Edital n.º 75/06 - DG/SEED - Edital de inscrição no processo de seleção de professores da rede pública estadual para o Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE (prorroga o prazo de inscrição).
- Ofício n.º 456/06 - DG/SEED - Curitiba, 12 de abril de 2006. Proposta para realização de Processo Seletivo para ingresso no PDE. Encaminhado para a Coordenação de Processos Seletivos/UEL.
- Ofício n.º 566/2006 - DG/SEED, Curitiba, 04 de maio de 2006. Encaminhado à Coordenadora de Processos Seletivos/Universidade Estadual de Londrina para a realização do Processo Seletivo para o ingresso no Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE.
- Edital n.º 174/2006 - DG/SEED - Curitiba 30 de junho de 2006. Altera as datas do Processo Seletivo do Programa Educacional - PDE.
- Edital n.º 168/2006 - DG/SEED - Edital para realização do processo de seleção de provas e títulos de professores da rede pública estadual para o Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE.
- Edital n.º 227/2006 - DG/SEED - Curitiba, 29 de agosto de 2006. Convoca os professores aprovados no teste seletivo do PDE.
- Edital n.º 262/2006 - DG/SEED - Curitiba, 16 de outubro de 2006. Redistribui vagas remanescentes da primeira etapa do processo de seleção do PDE.
- Edital n.º 301/2006 - DG/SEED - Curitiba, 08 de novembro de 2006. Divulga nova classificação de candidatos PDE.
- Ofício n.º 2014/2006 - GS/SEED - Curitiba, 22 de junho de 2006. Contrato n.º01/2006/Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Estadual de Londrina.
- Edital n.º 146/2007 - DG/SEED, Curitiba, 29 de maio de 2007. Resolve convocar os professores relacionados em anexo para apresentarem sua justificativa em relação às faltas, referentes aos primeiros eventos do PDE.
- Edital n.º 237/2007 - Edital para a realização do Processo de Seleção de Provas e Títulos de Professores da Rede Pública Estadual para o Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE.
- Resolução n.º 1905/2007 - Curitiba, 19 de abril de 2007. Normatiza a operacionalização do Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE na Rede Pública Estadual de Ensino.
- Resolução n.º 2637/2007 - Curitiba, 22 de junho de 2007.

QUADRO 4 - MARCO LEGAL DO PDE

conclusão

- Resolução n.º 4341/2007 - Curitiba, 17 de outubro de 2007. Normatiza a operacionalização do Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE na Rede Pública Estadual de Ensino.
- Instrução n.º 005/2007 - SUED/SEED - Curitiba, 15 de agosto de 2007. Atividades do PDE nos Grupos de Trabalho em Rede - GTR.
- Resolução n.º 2235/07 - Curitiba, 8 de maio de 2007. Tabela de honorários para capacitadores, tabela bolsa-auxílio.
- Edital n.º 08/2008 - DG/SEED - Curitiba, 7 fevereiro de 2008. Redistribui vagas remanescentes da primeira etapa do processo de seleção.
- Edital n.º 301/2006 - DG/SEED - Curitiba, 08 de novembro de 2006. Divulga nova classificação de candidatos PDE.
- Ofício n.º 20142006 - GS/SEED - Curitiba, 22 de junho de 2006. Contrato n.º01/2006/Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Estadual de Londrina.
- Edital 09/2008 - DG/SEED - Curitiba, 7 de fevereiro de 2008. Divulga e convoca os professores aprovados no processo seletivo do PDE.
- Instrução n.º 009/2008 - SUED/SEED - Curitiba, 8 de agosto de 2008. A necessidade de implementar os Grupos de Trabalho em Rede - GTR do PDE.
- Edital n.º 35/2009 - DG/SEED - Processo Seletivo Interno de Professores da Rede Pública Estadual para o Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE.
- Resolução n.º 1670/2009 - Curitiba, 18 de maio de 2009. Normatiza a execução do Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE na Rede Pública Estadual de Ensino.
- Edital n.º 41/2010 - DG/SEED - Curitiba, 26 de abril de 2010. Estabelece as instruções para a realização do Processo Seletivo Interno de Professores da Rede Pública Estadual para o PDE.
- Edital n.º 62/2010 - GS/SEED - Curitiba, 23 de junho de 2010. Do cronograma do Processo Seletivo para o PDE.

FONTE: Edital, Ofício, Resolução e Instrução, SEED (2006-2010); Lei e Decreto, disponível Internet

Nesse sentido, a proposta do PDE procurou se articular às demais ações formativas da SEED, incorporando uma concepção inovadora de formação continuada de professores. Isso significou, e ainda significa, um enorme desafio na implementação da proposta, pois representa o rompimento com o paradigma de formação de professores baseado na racionalidade técnica, que entende a formação docente ancorada em um currículo prescritivo de formação e que pode estar totalmente desarticulado das reais necessidades das escolas e dos professores.

Apesar desse desafio, a proposta de PDE é consistente, pois se articula às reais necessidades de formação docente, partindo da realidade do professor em sala de aula, de seu *modus operandi*, de um problema a ser resolvido em sua disciplina, e pode significar o eixo central da formação de professores da SEED, integrando todos os setores, seja nos Grupos de Apoio Administrativo, nas Diretorias, Superintendências, Departamentos, Assessorias Técnicas e Núcleos Regionais de Educação.

Quanto à viabilidade, o PDE é um programa com custos elevados e que necessitou de uma enorme infraestrutura física e de pessoal nas universidades e nos Núcleos

Regionais de Educação. Isso significou um desafio que foi superado no decorrer do processo de implementação mediante a elaboração de um plano de investimento.

A formação ofertada pela SEED, antes da proposta do PDE, coadunava-se com a perspectiva de formação de professores pautada pelo modelo da racionalidade. Esse modelo incorpora em seus fundamentos que o desenho da formação de professores se ampara nas teorias tradicionais de currículo, o que significa considerar que tudo aquilo que será proposto como trajetória formativa já está previamente determinado, ignoradas a realidade e as necessidades formativas dos professores. Além disso, essa formação está pautada na fragmentação das atividades, ou seja, não há continuidade da formação proposta, materializando-se em cursos de curta duração e, muitas vezes, com conteúdos questionáveis e irrelevantes para a formação de professores. Ainda, essa concepção de formação de professores desintegrada poderia colocar em risco um projeto a longo prazo de formação do educador e que esteja articulado às demandas das escolas e dos alunos em detrimento de demandas pontuais.

Verificando as possibilidades de formação continuada de professores ofertada pela SEED até 2006, pois em 2007 o PDE foi iniciado, a maioria delas estava incluída nessa concepção de formação: semanas pedagógicas⁴, DEB itinerante⁵, eventos em Faxinal do Céu⁶ e outros em que eventualmente o professor se inscrevesse. Basicamente, esse era o quadro da formação de professores na SEED.

Com o objetivo de romper com essa concepção de formação de professores é que foi estimulada a reflexão sobre outra possibilidade que ofertasse aos professores formação comprometida com a realidade das escolas e dos professores; que possibilitasse o afastamento do professor de suas atividades de docência para se dedicar ao estudo; que permitisse um estudo de longa duração, podendo se estender por toda a carreira, mediante atividades de docências e de assessoria a outras escolas. Nesse sentido, seria ofertada uma nova possibilidade de formação que abandonasse o paradigma da racionalidade técnica.

⁴ Eventos internos das escolas, planejados pela SEED, com duração de 16 ou 24 horas no início de cada período letivo.

⁵ Cursos de 8 ou 16 horas planejados por professores voluntários nas suas áreas ou disciplinas, cujos conteúdos devem contribuir com o estudo das Diretrizes Curriculares do Estado.

⁶ Seminários, simpósios ou cursos planejados pela SEED e executados por docentes contratados, realizados em estrutura física do município de Pinhão, região central do Estado do Paraná.

As discussões para implantar o Programa começaram em 2003 e nasceram a partir de duas necessidades primordiais:

- a) a de se criar o nível III no Plano de Carreira do magistério na perspectiva de avanço;
- b) a de se adotar uma formação continuada de qualidade, pois o que era ofertado aos professores, até então, era resultado de uma proposta superficial, fragmentada e descontínua.

A tabela, a seguir, ilustra o Plano de Carreira instituído pela Lei Complementar n.º 103/2004, após os trâmites internos do governo e da discussão com os representantes da categoria dos professores da rede pública estadual do Paraná.

Tabela de Vencimentos dos Professores - Jornada 20 horas - ATUALIZADA COM 3,00%												
		classes										
	Níveis	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
PDE	Nível III	1.817,17	1.908,03	2.003,43	2.103,61	2.208,79	2.319,23	2.435,19	2.556,95	2.684,79	2.819,03	2.959,99
ESPEC.	Nível II	1.062,46	1.115,58	1.171,36	1.229,93	1.291,43	1.356,00	1.423,80	1.494,99	1.569,74	1.648,23	1.730,64
LIC. PLENA	Nível I	849,97	892,47	937,09	983,95	1.033,15	1.084,80	1.139,04	1.196,00	1.255,80	1.318,59	1.384,51
LIC. CURTA+ADIC	Nível Esp III	722,48	758,61	796,54	836,37	878,18	922,09	968,20	1.016,61	1.067,44	1.120,81	1.176,85
LIC. CURTA+ADIC	Nível Esp II	637,48	669,36	702,82	737,96	774,86	813,61	854,29	897,00	941,85	988,94	1.038,39
MAGISTÉRIO	Nível Esp I	594,97	624,72	655,96	688,76	723,20	759,36	797,32	837,19	879,05	923,00	969,15

Mensalidade APP: 26,77 Auxílio transporte 24% do nível - classe 5 (art.26) 247,95

Tabela de Vencimentos dos Professores - Jornada 20 horas - ATUALIZADA COM 2,83%												
		classes										
	Níveis	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
PDE	Nível III	1.868,60	1.962,03	2.060,13	2.163,14	2.271,30	2.384,86	2.504,10	2.629,31	2.760,77	2.898,81	3.043,75
ESPEC.	Nível II	1.092,53	1.147,16	1.204,51	1.264,74	1.327,98	1.394,38	1.464,09	1.537,30	1.614,16	1.694,87	1.779,62
LIC. PLENA	Nível I	874,03	917,73	963,61	1.011,79	1.062,38	1.115,50	1.171,28	1.229,84	1.291,33	1.355,90	1.423,70
LIC. CURTA+ADIC	Nível Esp III	742,93	780,08	819,08	860,03	903,04	948,19	995,60	1.045,38	1.097,65	1.152,53	1.210,16
LIC. CURTA+ADIC	Nível Esp II	655,52	688,30	722,71	758,85	796,79	836,63	878,46	922,39	968,50	1.016,93	1.067,78
MAGISTÉRIO	Nível Esp I	611,81	642,40	674,52	708,25	743,66	780,85	819,89	860,88	903,93	949,12	996,58

Mensalidade APP: 27,53 Auxílio transporte 24% do nível - classe 5 (art.26) 254,97

FONTE: APP Sindicato (2011)

Para efetivar nível III do Plano de Carreira, o Programa de Desenvolvimento Educacional instaurou uma nova política de Formação Continuada que integra a política de valorização dos professores que atuam na Rede Pública Estadual de Ensino do Estado do Paraná e também incorpora os princípios político-pedagógicos da SEED. Tal política assume uma nova concepção de formação continuada, tendo o PDE como espinha dorsal da formação sintetizada nos seguintes pressupostos:

- a) reconhecer os Professores como produtores de saberes sobre o ensino-aprendizagem;
- b) organizar um programa de formação continuada atento às reais necessidades de enfrentamento dos problemas ainda presentes na Educação Básica paranaense;
- c) superar o modelo de formação continuada de professores concebido de forma homogênea, fragmentada e descontínua;
- d) implementar um programa de formação continuada integrado com as Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná;
- e) criar condições efetivas, no interior da escola, para o debate e promoção de espaços para a construção coletiva do saber;
- f) consolidar espaços para discussões teórico-práticas, utilizando-se de suportes tecnológicos que permitam a interação entre os professores participantes do Programa e os demais professores da rede. (SEED/PDE, Programa de Desenvolvimento Educacional – uma nova política de formação continuada e valorização dos professores da Educação Básica da rede pública estadual. Documento-síntese, versão para discussão. Curitiba, março de 2007, p.12-13).

Essa proposta de formação continuada visa ofertar ao professor PDE, por meio do retorno às atividades acadêmicas de sua área de formação inicial, condições de atualização e aprofundamento de seus conhecimentos teórico-práticos, permitindo a reflexão teórica sobre a prática, para possibilitar mudanças na escola.

Do ponto de vista de sua operacionalização, as atividades do Programa eram realizadas, em sua grande maioria, de forma presencial (86%) nas Instituições de Ensino Superior Públicas do Estado do Paraná e a distância (14%), com envolvimento dos demais professores da Rede Pública Estadual de Ensino, com utilização de suportes tecnológicos disponíveis na estrutura da SEED e necessários ao desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas propostas.

Com a finalidade de que o Programa fosse adotado pela comunidade educacional, estabeleceu-se a sua apresentação para sensibilização, discussão e aprovação/adesão. Incidiram sobre essa ação de implementação da proposta principalmente aspectos teóricos e políticos. Os primeiros, foram importantes na medida da atuação da Coordenação Estadual do PDE⁷ junto a professores universitários formadores de professores e, portanto, conhecedores dos aspectos conceituais e práticos da formação de docentes. Já o aspecto político também foi muito importante, pois foi necessária vontade política para que o plano fosse colocado em prática. No capítulo da implementação do PDE, será apresentada a gestão do programa.

⁷ O Programa tem uma equipe de Coordenação Estadual que planeja, executa e avalia as ações.

A partir da publicação do Decreto n.º 4482, de 14/03/2005, que instituiu o PDE, deu-se a sua implantação. Temos, então, de forma mais efetiva, a constituição da Coordenação Estadual do PDE e dos componentes da equipe pedagógica, administrativa e tecnológica, bem como da constituição das coordenações do PDE e dos professores nas universidades e faculdades envolvidas e dos representantes PDE nos 32 Núcleos Regionais de Educação, distribuídos por todo o Estado do Paraná.

Após a constituição da equipe, houve o refinamento da proposta conceitual e operacional realizado pela equipe pedagógica do Programa, o que exigiu reuniões com os representantes das Instituições de Ensino Superior (IES) e da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) para afinar conceitos, reuniões com representantes dos Núcleos Regionais de Educação e reuniões com os departamentos da SEED.

Em março de 2006, foi divulgado o primeiro edital de inscrição no processo de seleção de professores da rede pública estadual para o PDE, que estabelecia critérios para a participação no processo de seleção realizado pela Universidade Estadual de Londrina. A principal característica desse processo de seleção foi a elaboração de prova de avaliação de domínio da norma culta da Língua Portuguesa, com ênfase na área de conhecimento escolhida, de caráter eliminatório, em uma primeira etapa, e a segunda etapa, composta de avaliação de títulos de caráter classificatório. Para a inscrição ser aceita, foi necessário: o professor ser integrante do QPM⁸, nível II, estar em atividade, dedicar-se 40 horas ao programa de estudo, permanecer em atividade na Rede Pública de Ensino durante dois anos, após a certificação do PDE, e preencher os seguintes pré-requisitos: a) ser detentor de um cargo de 40 horas; b) ser detentor de dois cargos de 20 horas; c) ser detentor de um cargo de 20 horas, com uma média de 14 horas-aula extraordinárias, Tempo Integral e Dedicção Exclusiva (TIDE), ou com acréscimo da jornada de trabalho nos últimos cinco anos. As inscrições⁹ foram realizadas pela rede Internet, acessando-se o Portal Dia a dia Educação.¹⁰

⁸ Quadro Próprio do Magistério.

⁹ Edital de Inscrição no Processo de Seleção de Professores da Rede Pública Estadual para o Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE. Edital n.º 39/06-DG/SEED.

¹⁰ Página da SEED na Web.

O PDE concretizou-se em 2007 em parceria com as Universidades Públicas Estaduais, selecionando 1200 professores, distribuídos nas dezessete áreas do conhecimento. Nos anos seguintes, tínhamos mais 1200 professores em 2008, o número de vagas ampliado para 2400 em 2009, e a seleção de mais 2400 professores em 2010.

A duração do Programa é de dois anos e o professor que nele ingressa é afastado 100% de suas atividades docentes no primeiro ano e 25% no segundo ano. A proposta curricular foi de 808 horas de formação e se apresentou de forma complexa, dinâmica e marcadamente flexível, tendo a escola como elemento central da formação do professor.

Ao final da gestão que o idealizou e implementou, em 2010, o PDE contava com uma estrutura ampliada (SEED/PDE – Relatório de Ações – 2006-2010. Paraná, novembro de 2010).

- oito prédios construídos nas universidades estaduais;
- aproximadamente 1000 professores orientadores;
- aproximadamente 4800 professores cursistas;
- mais de 100 profissionais da SEED envolvidos;
- pelo menos 14 coordenadores nas IES.

Com essas características, o Plano Integrado de formação continuada do PDE, explicitado no documento-síntese do Programa, pretende superar o modelo de formação anterior, propondo uma formação articulada, mais adensada, na qual o professor é sujeito da sua formação na busca da autonomia intelectual. Desde sua implementação, o PDE tem atraído a atenção de políticos e pesquisadores da área, ressaltando-se a sua importância e caráter inédito. As pesquisas refletem a preocupação da análise do processo por parte dos seus executores, como os artigos "Programa de Desenvolvimento Educacional do Paraná (PDE): uma política contrária à ortodoxia capitalista", de Otto Henrique Martins da Silva¹¹; "O PDE no Contexto da Formação Continuada de Professores", de Maria Regina Bach e Welington Tavares dos Santos¹²; "A participação de professores da rede pública do estado do Paraná

¹¹ IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, Curitiba, 2009.

¹² X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, Curitiba, 2011.

nos grupos de trabalho em rede", de Cassiano Roberto Nascimento Ogliari, Giliam Barros e Welington Tavares dos Santos.¹³

Por outro lado, há também discussões de pesquisadores externos ao programa, mais atentos à formação continuada de professores, como o estudo realizado pela Fundação Carlos Chagas por encomenda da Fundação Victor Civita, "Formação Continuada de Professores: uma Análise das Modalidades e das Práticas em Estados e Municípios Brasileiros".¹⁴

É de nosso conhecimento que a avaliação consiste em uma etapa muito importante do processo de formulação/implementação do Programa. Em virtude dos esforços demandados por conta dos processos de elaboração e execução, não foi possível realizar a avaliação do PDE até o fim do governo que o idealizou. Porém, a proposta para a sua efetivação ficou indicada como uma das prioridades para o governo que assumiu em 2011 e, como sugestão, que instituição oficial credenciada de outro estado da Federação elabore procedimentos de investigação para realizar pesquisa com a devida imparcialidade para executar uma avaliação sobre o impacto do PDE na realidade concreta da escola do Paraná, uma vez que todas as Instituições Públicas de Ensino Superior do Estado estão envolvidas no Programa.

A importância da avaliação está no fato de permitir que o gestor do Programa possa traçar novas estratégias para alcançar os objetivos determinados e, por meio dela, ser possível reajustar os procedimentos adotados. Embora não tenha sido realizada a avaliação global da proposta, foram desenvolvidos internamente, pela equipe do PDE, mecanismos para acompanhar/avaliar as produções e as implementações das propostas dos professores nas escolas. Esses mecanismos contam com a participação das escolas, dos Núcleos Regionais de Educação e das IES; ainda que não reflitam a proposta como um todo, essas avaliações já permitiram reajustar ações do Programa para 2012.

¹³ Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, Curitiba, 2011.

¹⁴ Publicação Todos pela Educação, São Paulo, 2011.

3.2 Pressupostos Conceituais Básicos do PDE

No texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n.º 9394/96, o tratamento aos profissionais da educação se faz presente em seu Art. 67, Título VI. O texto trata de questões substanciais e, principalmente, dos princípios que devem nortear a formação dos profissionais da educação, apontando que a formação dos profissionais da educação deve ter como fundamentos a associação entre teorias e práticas, mediante capacitação em serviço (BRASIL, 1996). Prevê ainda que os sistemas de ensino deverão promover a valorização dos profissionais da educação, e assegurar-lhes um período reservado a estudos, planejamento e avaliação, o qual deverá estar incluído na carga de trabalho (BRASIL, 2010). Evidencia, assim, a necessária superação da dicotomia teoria e prática na formação continuada dos professores da Educação Básica.

A universalização da Educação Básica, principalmente no Ensino Fundamental, é uma realidade que requer um grande número de professores para atender ao contingente de alunos que têm na escola pública o único meio de apropriação do conhecimento sistematizado e socialmente produzido. Não menos importante, e um desafio para os sistemas educacionais, é a formação em serviço do professor, sobretudo tendo em vista a superação de políticas e programas de formação continuada que têm se mostrado ineficientes frente aos complexos problemas da educação, como o acesso, a repetência e a evasão, entre outros.

As pesquisas mais recentes efetuadas pelo Grupo de Trabalho (GT 08 – Formação de Professores) da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) demonstram os resultados inexpressivos dos programas de formação continuada dos professores no Brasil na década de 1980, geralmente conformados em ações isoladas, fragmentadas e desarticuladas. Nos anos 1990, prevaleceu a concepção de uma formação sustentada em atividades múltiplas, descontínuas e desvinculadas da prática dos professores e, conseqüentemente, da escola.

A partir de 2003, com a instituição de uma nova política de valorização dos professores e considerando o contexto da globalização da economia e da reestruturação produtiva, componentes macroestratégicos que configuram a

acumulação flexível, o modelo de desenvolvimento econômico hegemônico nas últimas duas décadas altera radicalmente as demandas dos processos de formação humana, segundo Kuenzer (1999). Nesse contexto, implantou-se o Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), a ser desenvolvido em parceria com a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, o qual envolve, simultaneamente, as escolas públicas estaduais de Educação Básica e as Instituições de Ensino Superior, visando à ação integrada desses níveis de ensino.

Conceitua-se como Formação Continuada, no âmbito desse Programa, o movimento permanente e sistemático de aperfeiçoamento dos professores da rede de ensino estadual. Seu objetivo é instituir uma dinâmica permanente de reflexão, discussão e construção do conhecimento. Nesse processo, o professor é um sujeito que aprende e ensina na relação com o mundo e na relação com outros homens, portanto, num processo de formação continuada construída socialmente. Objetiva-se que essa inter-relação provoque efeitos tanto na Educação Básica como no Ensino Superior, tais como: redimensionamento das práticas educativas, reflexão sobre os currículos das Licenciaturas e sua avaliação, e demais discussões pertinentes. Esse novo modelo de formação continuada também objetiva fortalecer a articulação entre os dois níveis educacionais, ou seja, entre a Educação Básica e o Ensino Superior.

Como já mencionado, a grande crítica aos programas de Formação Continuada de professores no Brasil é justamente a de considerar que o conjunto dos professores se encontra sempre nos mesmos patamares de formação e de experiência profissional, sendo atendidos por meio de políticas e ações isoladas e fragmentadas. Em alguns casos, a progressão funcional (o avanço na carreira) acontece pela simples somatória de cursos/atividades de baixíssima carga horária e, principalmente, com oferta de cursos com conteúdos definidos de forma centralizada, desconsideradas as reais necessidades da demanda de conhecimento teórico-prático dos professores das escolas.

O PDE propõe a reversão desse quadro, com acentuada carga horária de formação continuada no interior das universidades públicas e o retorno dos professores às atividades acadêmicas. Dessa forma, o professor PDE iniciará suas atividades nesse novo processo de formação continuada elaborando um Plano de Trabalho em conjunto com o professor orientador das IES. O Plano de Trabalho

constitui uma proposta de intervenção na realidade escolar, a ser estruturada a partir de três grandes eixos: I. Atividades de integração teórico-práticas; II. Atividades de aprofundamento teórico; III. Atividades didático-pedagógicas com utilização de suporte tecnológico.

A implementação de um novo modelo de formação continuada exige um período de transição, pois implica mudanças na cultura das instituições e no modo de pensar e estruturar a formação que não ocorrem por meio de decreto ou de mecanismos puramente burocráticos. Assim, a Secretaria de Estado da Educação considerou esse elemento e buscou, pela ação solidária e colaborativa, proporcionar condições para a efetiva consecução do Programa. Para tanto, foram asseguradas aos participantes do PDE a infraestrutura, as ferramentas tecnológicas e, principalmente, o afastamento remunerado de suas atividades regulares, necessário para o bom aproveitamento no PDE.

Com o objetivo de explicitar os fundamentos norteadores do Programa de Formação Continuada em Rede, serão elencados, a seguir, os princípios político-pedagógicos da SEED e, na sequência, os princípios constituintes dessa nova concepção de formação continuada.

O PDE assume como referência os princípios político-pedagógicos da SEED, explicitados nas Diretrizes Curriculares para a Educação Básica e as orientações aqui descritas para a Formação Continuada em Rede, estabelecendo os parâmetros básicos para implementação do Programa.

Nesse contexto, as Diretrizes Curriculares para a Educação Básica elaboradas pela SEED apontam para a seguinte direção: a) base disciplinar, com ênfase na relação entre os conteúdos científicos de referência e os saberes escolares das disciplinas que compõem a matriz curricular; b) a não adoção da concepção teórico-metodológica dos PCNs (que se fundamentam nos quatro pilares da UNESCO: aprender a aprender; aprender a ser; aprender a viver com; e aprender a fazer); e da pedagogia das competências.

Promover a leitura, a escrita e a interpretação e a inserção crítica do jovem no mundo do trabalho são os grandes objetivos que balizam a existência da Educação Básica no Estado. Nesse sentido, concordamos com Saviani (1986, p.82):

[...] o fundamental hoje no Brasil é garantir uma escola elementar que possibilite o acesso à cultura letrada para o conjunto da população. Logo, é importante envidar todos os esforços para a alfabetização, o domínio da língua vernácula, o mundo dos cálculos, os instrumentos de explicação científica estejam disponíveis para todos indistintamente. Portanto, aquele currículo básico da escola elementar (Português, Aritmética, História, Geografia e Ciências) é uma coisa que temos que recuperar e colocar como centro das nossas escolas, de modo a garantir, que todas as crianças, assimilem esses elementos, pois sem isso elas não se converterão em cidadãos com a possibilidade de participar dos destinos do país e interferir nas decisões e expressar seus interesses, seus pontos de vista.

Da mesma forma, estabelecer relações, em diferentes níveis, dominando termos, convenções, o significado de tendências, a utilização de critérios, o uso de princípios e generalizações, a prática de análise em quaisquer momentos de aprendizagem, em quaisquer disciplinas, ao longo da Educação Básica, são objetivos a serem alcançados pela Rede Pública de Ensino do Paraná.

A proposta de examinar as diferentes culturas, sem apologias preconceituosas, apresentando-as sempre em seu contexto histórico, é entendida pela SEED como uma forma educativa capaz de encaminhar a verdadeira prática da cidadania, a qual não assume a busca da formação do cidadão como mero participante de um determinado grupo ou segmento, mas como sujeito capaz de pensar a sua própria formação e participar ativa e criticamente de um projeto social de interesse coletivo.

O PDE objetiva levar o professor a se aprofundar no reconhecimento das diferentes correntes pedagógicas em suas diversas formas de pensar o conhecimento e a aprendizagem, suas ênfases sobre o agente (professor ou aluno), ou o objeto (o fato), ou sobre a relação (entre os componentes educativos).

Nesse sentido, a SEED considera a discussão aberta das diferentes correntes pedagógicas, mencionadas como fundamentais para serem aprofundadas no processo de formação continuada de seus professores, visto que, ao dominarem as razões pelas quais tantas correntes pedagógicas se distanciam, se aproximam e se opõem entre si, os professores poderão responder em sua prática cotidiana, com mais propriedade, às demandas da educação pública.

Também cumpre ao Programa proporcionar aos professores tanto o aperfeiçoamento dos fundamentos pedagógicos e disciplinares de caráter teórico-prático, a serem construídos na relação entre seus estudos e a concretude escolar do

processo ensino-aprendizagem. Nesse sentido, o PDE constitui importante estratégia metodológica de implementação e consolidação das Diretrizes Curriculares para a Educação Básica.

Com base nos elementos curriculares apontados, entende-se que a proposta de Formação Continuada do PDE caracteriza-se por princípios inovadores da formação em serviço. No entanto, devido ao alcance e à abrangência do PDE, a sua tendência é de redimensionar o processo de capacitação em curso, desencadeando também uma reflexão teórico-prática sobre a formação inicial realizada pelas IES.

É assim que a concepção de conhecimento proposta pelo Programa norteia-se pelo princípio ontológico do trabalho e, portanto, tem como preocupação básica a análise da realidade dessa categoria na sociedade capitalista e nas escolas. Essa concepção de conhecimento respalda-se em alguns elementos considerados fundamentais no processo de formação continuada de professores, os quais se encontram descritos, de forma sintética, a seguir (SEED/PDE – Documento-Síntese: uma nova política de formação continuada e valorização dos professores da educação básica da rede pública estadual. Versão para discussão. Paraná, março de 2007, p.17-18).

- a) o conhecimento produzido historicamente pelos homens é elemento capaz de informar, expor ou explicitar as ações humanas como resultado/produto das relações sociais de produção. Dessa forma, pensamos com Lukács (1978) que a história dos homens é uma história de sua existência; é a história do conhecimento e de como os homens se apropriaram socialmente dos recursos da natureza, para a sua sobrevivência, sempre pelo trabalho. Isso faz dessa categoria mediação ontológica e histórica na produção do conhecimento;
- b) existem valores comuns a toda a humanidade e não se restringem a grupos ou localidades, como, por exemplo, a igualdade de direitos e deveres entre os homens para a preservação da vida e da natureza. Compreende-se que os projetos para o futuro, que podem ser denominados de utópicos, são referência para as lutas por uma vida socialmente mais digna;
- c) as verdades devem ser tomadas enquanto produções históricas, o que assegura a negação de qualquer dogmatismo. Essa visão é importante para que o conhecimento passado seja apreendido não só como preservação de um acervo cultural significativo para a humanidade, mas, principalmente, como um recurso para a compreensão das ações presentes em suas diferenças significativas em relação aos momentos anteriores;
- d) a superficialidade expositiva deve ser questionada e evitada, assim como as meras esquematizações, que se dão pela incapacidade de estabelecer relações entre o particular e o universal, entre o privado e o público;

- e) as tensões entre os polos opostos devem ser reconhecidas como inerentes às práticas sociais e, conseqüentemente, no exame das contradições dos sistemas político, econômico, social, cultural e educacional, frente ao desenvolvimento das forças produtivas. Assim também é preciso acautelar-se com a racionalidade técnica (a técnica pela técnica ou pela simples compulsão da produção do novo), na direção da crítica às propostas pós-modernas de educação, pautadas por concepções pragmatistas e utilitaristas do conhecimento.

Com base nesses fundamentos teórico-metodológicos do PDE, consideramos imprescindível reafirmar a importância da relação Homem x Trabalho x Sociedade, a qual emerge como categoria basilar e articulada, que precisa ser examinada em suas possibilidades e limitações, considerando a materialidade histórica em que está inserida.

Essa proposta de formação continuada visa ofertar ao professor PDE, por meio do retorno às atividades acadêmicas de sua área de formação inicial, condições de atualização e aprofundamento de seus conhecimentos teórico-práticos, permitindo a reflexão teórica sobre a prática, para possibilitar mudanças na escola.

Do ponto de vista de sua operacionalização, as atividades do Programa são realizadas, em sua grande maioria, de forma presencial, nas Instituições de Ensino Superior Públicas do Estado do Paraná e a distância, com envolvimento dos demais professores da Rede Pública Estadual de Ensino, com utilização de suportes tecnológicos – atualmente disponíveis na estrutura da SEED – e necessários ao desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas propostas, conforme apresentado na sequência.

3.3 Plano Integrado de Formação Continuada

A estrutura organizacional do Programa de Desenvolvimento Educacional está representada, para fins didáticos, no Plano Integrado de Formação Continuada, o qual se constitui de três grandes eixos de atividades, quais sejam: atividades de integração teórico-práticas, atividades de aprofundamento teórico e atividades didático-pedagógicas com utilização de suporte tecnológico. Essas atividades são realizadas no decorrer do Programa, composto de quatro períodos semestrais, distribuídos em dois anos, inclusive para os professores titulados, os quais podem solicitar aproveitamento parcial de sua titulação.

Essa organização não pode ser considerada de forma estanque, uma vez que o pressuposto é de que os conteúdos das atividades que compõem os eixos integrem-se e articulem-se de tal modo que as categorias que identificam cada um dos eixos estejam presentes em todas as atividades do Programa.

3.3.1 Eixo 1: Atividades de Integração Teórico-Práticas

Esse eixo prioriza as atividades voltadas para a integração teórico-prática, enquanto parte da proposta de formação continuada do PDE, estando nele contemplado: o Projeto de Intervenção Pedagógica na Escola, o processo de Orientação nas IES, a Produção Didático-Pedagógica, direcionada para a implementação do projeto na escola, a coordenação de Grupo de Apoio à Implementação do Projeto de Intervenção Pedagógica e um Artigo Científico, considerado como trabalho de conclusão do Programa.

As atividades do Eixo I são desenvolvidas sob a orientação dos Professores Orientadores das Instituições de Ensino Superior do Estado, a partir da definição do objeto de estudo pelo professor PDE, de acordo com sua área/disciplina de ingresso no Programa. O Eixo 1 compreende as seguintes atividades:

Projeto de intervenção pedagógica na escola: atividade que é realizada sob a orientação do professor orientador da IES. Deve partir da delimitação clara da situação problema, seguida da justificativa, dos objetivos, da fundamentação teórica, das estratégias de ação, do cronograma e das referências. Esses elementos, apresentados a seguir, são aprofundados em conjunto com os professores orientadores.

a) Tema do Projeto

O professor PDE deve selecionar o tema que irá abordar em seu Projeto, o qual deve referir-se à sua área de ingresso no Programa e articular-se, principalmente, com a realidade da escola em que atua;

b) Título

O título deve ser claro, conciso, explicativo, coerente com o objeto e objetivos do Projeto, identificando com a devida pertinência a temática que será abordada pelo professor PDE;

c) Justificativa do tema de estudo

Consiste na apresentação clara e objetiva das razões teórico-metodológicas que justificam a realização do estudo. Deve indicar a relevância do problema e as explicações que justificam o estudo do tema;

d) Problema/Problematização

Toda produção científica inicia-se com uma situação que gera dúvida ou que nos instiga, a qual denominamos "situação problema". Esta surge a partir da análise da situação a ser discutida, investigada e solucionada. O problema pode ser caracterizado e formulado visando a sua melhor objetivação, por meio de uma "questão norteadora";

e) Objetivos Gerais e Específicos

Os objetivos gerais e específicos indicam o intuito das ações a serem desenvolvidas no Projeto, esclarecendo os fins que pretendem ser atingidos. O Objetivo Geral possui uma dimensão ampla a ser atingida a partir de médio e longo prazos. Os Objetivos Específicos assumem uma dimensão mais restrita, tendo uma temporalidade mais imediata (curto prazo) e delimitam ações complementares para o alcance do Objetivo Geral;

f) Fundamentação Teórica/Revisão Bibliográfica

Ao definir a temática, o professor PDE deve proceder à revisão bibliográfica relacionada à temática em questão para fundamentar o seu estudo. Para tanto, deve procurar literatura relevante e atualizada, a fim de compreender a situação atual e conhecer o já foi produzido anteriormente na área a ser investigada. Ressalta-se que as citações utilizadas no decorrer da fundamentação teórica devem ser apresentadas de acordo com a normalização oficial (ABNT), e observando-se com atenção a questão dos direitos autorais;

g) Estratégias de ação

Esse item deve explicitar os desdobramentos do trabalho de aprofundamento teórico-prático do professor PDE, no que diz respeito às ações a ser implementadas na escola. O professor PDE especificará a sua abrangência, os sujeitos envolvidos, o local etc., e demais informações pertinentes ao desenvolvimento do projeto;

h) Cronograma do Projeto

No cronograma, deve estar definido o tempo necessário para execução das ações do Projeto, estimando-se de modo viável o início e término de cada atividade e considerando-se ainda os períodos/tempo estabelecidos pelo Programa;

i) Referências

As referências devem atender às normas para elaboração de trabalhos científicos (ABNT), o que permitirá verificar as fontes de informação e os autores consultados para elaboração de toda fundamentação do Projeto.

Orientações nas IES: processo que ocorre em todos os períodos do Programa na sede da IES ao qual o professor PDE está vinculado. Momento em que devem ser discutidos os encaminhamentos de cada uma das atividades/produções a serem realizadas pelo professor PDE no âmbito do Programa. Com os subsídios, são emitidos pelos professores orientadores os respectivos pareceres sobre a produção dos professores.

Produção didático-pedagógica: essa atividade refere-se ao material didático a ser elaborado pelo professor PDE, enquanto estratégia do Projeto de Intervenção Pedagógica na Escola, também sob a orientação do Professor Orientador da IES. O professor PDE, com o devido acompanhamento de seu orientador IES, deve elaborar uma produção didático-pedagógica pertinente ao seu objeto de estudo/problema, devidamente sistematizado no Projeto de Intervenção Pedagógica na Escola e considerando a sua área/disciplina de ingresso Programa. Saliente-se que as produções didático-pedagógicas devem ser consideradas como material didático a ser utilizado pelo professor PDE em situações específicas e planejadas, como subsídio ao trabalho a ser desenvolvido junto a alunos e/ou professores. Nessa perspectiva, irá não só auxiliar na compreensão da realidade objetiva, como também contribuir para a sua transformação.

Nesse movimento, é de extrema importância a fundamentação teórico-metodológica do professor, tendo em vista os objetivos aos quais se destina a sua produção didático-pedagógica – a escola pública paranaense.

Assim sendo, a Coordenação Estadual do PDE indica a elaboração de produções didático-pedagógicas a serem utilizadas para fins pedagógicos, como, por exemplo: cadernos pedagógicos, cadernos temáticos, unidades didáticas, mapas, atlas, produção de roteiros, vídeos e documentários para TV, dentre outras possibilidades.

Implementação do Projeto de Intervenção Pedagógica na Escola: ocorre no 3º período, com o retorno do professor PDE à escola para implementação de seu Projeto, sempre contando com o acompanhamento dos professores orientadores das IES. No terceiro período do Programa, o professor PDE implementa o seu Projeto na escola, o qual contemplará também a produção didático-pedagógica, além da organização dos Grupos de Implementação do projeto PDE. A atividade de implementação resulta de ações planejadas e desenvolvidas ao longo do processo, como as orientações nas IES, a participação nos cursos e demais eventos ofertados, além das produções elaboradas durante o primeiro ano do Programa.

A implementação visa, principalmente, enfrentar e contribuir para a superação das fragilidades e problemas apontados pelo professor PDE na sua disciplina/área para ser investigada no seu tema de estudo, com a finalidade de promover a melhoria qualitativa do ensino na escola de execução do Projeto. Para tanto, será necessária uma estreita articulação das ações do professor PDE com a Direção, a equipe pedagógica e técnico-administrativa, assistentes de execução, equipe auxiliar operacional, professores e alunos, a fim de que as ações pensadas, planejadas e executadas cumpram o seu objetivo, com base no diálogo, no compromisso coletivo, na corresponsabilidade, a fim de que a atuação do professor PDE possa ser cada vez mais ampliada.

Grupos de Apoio à Implementação do Projeto de Intervenção Pedagógica: Durante a implementação de seu Projeto de Intervenção Pedagógica, o professor PDE pode organizar em sua escola de lotação PDE grupos de estudos, visando discutir e potencializar a implementação do seu projeto na escola. Essa atividade também objetiva integrar os demais professores da escola aos estudos e reflexões realizadas pelos professores PDE sobre a situação problema – objeto de estudo do professor.

Trabalho Final (artigo científico): atividade que é realizada no 4.º período, sendo caracterizada como etapa conclusiva das atividades de aprofundamento teórico-prático do Programa. Nessa produção, o professor PDE deve abordar questões julgadas essenciais relativas à sua trajetória no Programa, decidindo com o Professor Orientador, tanto a forma (normas ABNT) como o conteúdo a ser explorado no artigo.

3.3.2 Eixo 2: Atividades de Aprofundamento Teórico

O foco desse eixo identifica-se com a própria natureza das atividades propostas e contribui para o aprofundamento teórico das questões educacionais em geral e das questões específicas do currículo da Educação Básica da Rede Estadual. Nesse eixo, o professor PDE participa de um conjunto de atividades que são ofertadas pelas IES conveniadas e pelo PDE, objetivando ampliar, aprofundar e atualizar os seus conhecimentos, sendo que seu conteúdo abrange temas relativos aos Fundamentos da Educação, à Metodologia Científica e aos conteúdos curriculares específicos de sua área de ingresso no PDE, possibilitando aprofundamento teórico-metodológico, dentre outras possibilidades de oferta.

As atividades desenvolvidas nesse eixo compreendem: cursos, seminários, encontros de área, eventos de inserção acadêmica e teleconferências, sendo apresentadas a seguir suas principais características:

Cursos nas IES: são cursos específicos que abordam conteúdos referentes aos Fundamentos da Educação, à Metodologia da Pesquisa e os das disciplinas específicas das áreas de ingresso do professor PDE no Programa, sempre na sua relação com as diretrizes da Educação Básica.

Inserções Acadêmicas: atividades que oportunizam a participação dos professores PDE em eventos ofertados nas próprias IES ao qual está vinculado, tais como: cursos, seminários, jornadas, simpósios, grupos de estudos, grupos de pesquisa, dentre outros.

Encontros de Área: são atividades acadêmicas realizadas nas IES, as quais visam discutir os projetos e produções realizadas pelo professor PDE, no âmbito do Programa, com outros colegas da mesma área de estudo, a fim de debater e qualificar os seus trabalhos e estudos;

Seminários PDE: são eventos regionalizados realizados no início de cada período para subsidiar e esclarecer os professores PDE sobre as especificidades das ações a serem desenvolvidas. Objetivam apresentar a proposta do PDE aos novos professores, explicitando os seus fundamentos político-pedagógicos e a sua proposta curricular, além de constituir um espaço de intercâmbio entre os professores PDE.

Teleconferências: atividade que visa possibilitar que os professores PDE possam interagir, utilizando recursos tecnológicos apropriados, num mesmo espaço/tempo para conhecer e apreender as reflexões já sistematizadas por docentes renomados da área educacional, o que irá contribuir, mais uma vez, com o seu processo de formação/ atualização profissional.

3.3.3 Eixo 3: Atividades Didático-Pedagógicas com Utilização de Suporte Tecnológico

O terceiro eixo possui uma identidade específica na sua relação com a formação tecnológica para possibilitar a interação do professor PDE com os demais professores da rede, por meio dos Grupos de Trabalho em Rede (GTR), com utilização da plataforma MOODLE. Para o desenvolvimento dessa atividade, são ofertados aos professores cursos de Informática Básica, Tutoria em EAD e ambientação em SACIR e MOODLE.

A seguir, apresentam-se as características desse eixo.

SACIR – Sistema de Acompanhamento e Integração em Rede: construído a partir das ideias e experiência do Ambiente Pedagógico Colaborativo (APC/OAC), desenvolvido pelo Portal da Educação/SEED, o Sistema de Acompanhamento e Integração em Rede (SACIR) registra e faz o acompanhamento de todas as ações desenvolvidas pelos professores PDE no âmbito do Programa.

O acesso ao SACIR pode ser realizado por qualquer conexão convencional, utilizando "browsers Internet Explorer" (versão 1.5 ou maior) ou "Firefox" (versão 1.2 ou maior). Serve para atender às necessidades específicas do Programa, como a socialização da produção didático-pedagógica e o acompanhamento de todas as ações envolvidas no PDE. Destina-se ao professor da IES, orientador IES, professor PDE, representante NRE e equipe PDE/SEED.

Coordenador da IES: o Coordenador da IES utiliza o sistema para registrar as atividades dos professores PDE desenvolvidas durante o Programa, devendo, ao término das atividades, incluir os pareceres dos orientadores.

O professor Orientador IES: o orientador IES realiza o cadastramento das atividades individuais realizadas pelo professor PDE, além de poder consultar as demais atividades inseridas no Sistema pela Coordenação da IES ao qual está vinculado.

Professor PDE: o professor PDE utiliza o sistema para inserir informações referentes ao seu Plano de Trabalho, consultar a Agenda da semana ou inscrever-se nas Atividades Coletivas e Atividades Individuais que são inseridas pelo professor orientador das IES.

Representante do NRE: o Representante do NRE consulta as atividades desenvolvidas pelo professor PDE; professor orientador; orientador/professor PDE; relatórios de atividades e relatório do professor PDE.

GTR – Grupos de Trabalho em Rede: parte integrante do Plano Integrado de Formação Continuada do PDE, é desenvolvido no 3º período do Programa, com carga horária para o professor-PDE/Tutor de 64 horas. Para os demais professores da Rede, inscritos no GTR como participantes, a carga horária será de 64 horas, o que equivalerá a 6 pontos para a progressão na carreira.

O GTR possibilita a inclusão virtual dos professores da rede nos estudos, reflexões, discussões e elaborações realizadas pelos professores PDE, como forma de democratização do acesso aos conhecimentos teórico-práticos específicos das áreas/disciplinas do Programa.

a) **Objetivos:**

- possibilitar novas alternativas de formação continuada aos professores da Rede Estadual, viabilizando espaço de estudo e pesquisa que articule as especificidades da realidade escolar;
- estabelecer relações teórico-práticas entre as diversas áreas do conhecimento, visando ao enriquecimento didático-pedagógico dos professores, por meio de leituras, discussões, troca de ideias e experiências;
- socializar o Projeto de Intervenção Pedagógica do professor PDE, elaborado sob orientação dos professores orientadores das IES para os demais professores da Rede Pública Estadual de Ensino.

b) Metodologia:

- cada professor PDE é Tutor de apenas um Grupo de Trabalho em Rede;
- as atividades do Grupo de Trabalho em Rede são desenvolvidas a distância, utilizando as mídias interativas disponíveis;
- a organização e os encaminhamentos do Grupo de Trabalho em Rede (GTR) são realizados pelo professor PDE, que participa de um curso de Tutoria em EAD e um de Instrumentação em Moodle e SACIR;
- número máximo de participantes em cada Grupo de Trabalho em Rede (GTR) é de até 25 (vinte e cinco) professores da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino;
- os Grupos de Trabalho em Rede (GTR) têm duração de 6 meses.

c) Registro das atividades:

- A interação dos participantes e o registro das atividades ocorrem a partir da utilização na plataforma MOODLE;
- os professores da rede estadual, participantes do Grupo de Trabalho em Rede (GTR), recebem orientações do PDE/SEED sobre o funcionamento da plataforma;
- os participantes do GTR são orientados pelos representantes da Coordenação Regional de Tecnologia Educacional (CRTE) de seu NRE;
- o Tutor do Grupo de Trabalho em Rede (professor PDE) acompanha todas as etapas do seu grupo;
- o registro da participação dos professores é realizada pelo tutor do GTR (professor PDE), ao final do processo, por meio da elaboração de relatório.

Para garantir a visão de totalidade do Programa, apresenta-se, a seguir, quadro esquemático do Plano Integrado de Formação Continuada do PDE no Paraná.

FIGURA 1 - QUADRO ESQUEMÁTICO DO PLANO INTEGRADO DE FORMAÇÃO CONTINUADA



FONTE: SEED/PDE (2010)

4 O PDE E SUA TRAJETÓRIA DE IMPLEMENTAÇÃO

Neste capítulo, será relatada minha experiência na gestão, elaboração e implementação do PDE, entre 2006 e 2010, tendo como foco os acontecimentos que antecederam a estruturação e resultaram na formalização da proposta por meio dos documentos legais. Ou seja, o marco legal, retratado no capítulo 3, ocorreu somente após as reuniões de trabalho descritas a seguir, cuja importância, de meu ponto de vista de gestora/coordenadora da elaboração, está na sua intensa discussão teórica e conceitual.

Dessas reuniões, duas perspectivas podem ser destacadas: o propósito de levar em consideração a Rede de Ensino Pública Estadual e suas expectativas em relação à formação continuada e à carreira no magistério – falamos de aproximadamente 44 mil professores – e o propósito de articular parcerias inéditas entre a Educação Básica e o Ensino Superior – falamos de instituições formadoras com autonomia universitária.

Para este relato, utilizamos os registros das principais Ajudas Memórias de reuniões técnicas de trabalho realizadas entre o Gabinete do Secretário da Educação, representado pelo próprio secretário e pela sua assessora, bem como pelo diretor geral da SEED, da SETI, Instituições de Ensino Superior (IES), Superintendência de Educação (SUED), Diretoria de Políticas e Programas Educacionais, Diretoria de Tecnologia Educacional, Departamentos de Educação Básica, da Diversidade, de Educação e Trabalho, de Educação Especial e Inclusão Educacional, Núcleos Regionais de Educação (NRE), Coordenação Estadual e equipe pedagógica/tecnológica e administrativa do PDE/PR, Celepar, Grupo Administrativo Setorial, Grupo de Recursos Humanos, Grupo de Planejamento Setorial, Grupo Financeiro Setorial e Núcleo de Informática.

Após a aprovação da Lei Complementar n.º 103, de 15 de março de 2004, a elaboração da proposta do PDE foi retomada no final de 2005, pois, segundo essa lei, se o Programa não fosse implementado em 2 anos, os professores do nível II, classe 11, que possuísem mestrado poderiam ter acesso direto ao nível III, sem passar pela formação continuada da mantenedora. A proposta do governo Requião era de promover os professores de nível após terem realizado uma formação voltada

para a melhoria da Educação Básica. Mesmo os professores mestres e doutores deveriam socializar seus conhecimentos nessa proposta de formação continuada de professores da Rede Estadual de Ensino. O formato do PDE era diferenciado do *stricto sensu* nas universidades e valorizava a experiência docente em sala de aula.

Nesse contexto, fui convidada pelo secretário da Educação a assumir a Coordenação Estadual do PDE para implementar uma proposta de formação continuada de professores num tempo exíguo (a data-limite de implementação era o mês de março de 2005).

Como a equipe ainda não havia se constituído, nossas primeiras reuniões se deram na Assessoria de Gabinete do Secretário, com a participação da assessora Marise Manoel, da chefia do Grupo de Recursos Humanos Setorial (GRHS) e da coordenadora da CFC – Coordenação de Formação Continuada da SEED e do diretor geral da SETI, professor Jairo Pacheco. Dessas reuniões, obtém-se a minuta do Decreto n.º 4482, que implanta o Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) no Paraná em 14/03/2005.

Em junho de 2006, éramos três na equipe da Coordenação Estadual do PDE (além de mim, dois funcionários administrativos). Com esse grupo, organizamos as primeiras ações do Programa e a organização do seminário "Programa PDE – Integração do Ensino Superior com a Educação Básica". A Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) foi convidada a fazer parceria na apresentação do PDE às IES. O Seminário pretendeu discutir o que seria o PDE, como seria a relação IES/PDE, quais os encaminhamentos institucionais, qual seria a duração e a programação do PDE. Deveríamos pensar uma logomarca e qual seria a dinâmica de orientação do professor orientador/professor PDE. A proposta era de que o primeiro semestre do Programa fosse de nivelamento para todos os envolvidos e servisse de referência para os demais semestres, tendo início com uma Aula Inaugural e seminários específicos.

Desse encontro, participaram a SETI e as IES estaduais, as duas universidades federais e a equipe de dirigentes da SEED. Mesmo já sendo assunto tratado entre as duas secretarias de Estado, nesse evento foi feito o convite oficial pelo Secretário da Educação às IES para se tornarem parceiras da SEED na efetivação

do PDE. O programa foi apresentado pela Superintendência de Educação, seguido da Coordenação de Formação Continuada, que fez referência ao organograma de operacionalização. Foi apresentada, também, a minuta da matriz curricular do PDE para ser analisada e discutida pelas universidades, o que não ocorreu, pois os professores das IES não aceitaram essa discussão. A SEED apresentou o Programa planejado, com abertura para ser discutido e as colocações feitas pelas IES poderiam apontar para o redesenho da proposta – a Coordenação do Programa e a própria SEED não viam as universidades como prestadoras de serviço, mas como parceiras para a efetivação do Programa.

O Diretor da SETI considerou que as questões de operacionalização do Programa eram solucionáveis, havendo disposição das pessoas envolvidas em fazê-lo; as dificuldades seriam resolvidas em reuniões com as Pró-Reitorias das universidades, e isso seria feito após a seleção dos candidatos ao Programa. Um grande impasse no momento era de se discutir como seriam tratados no Programa os professores da Rede com mestrado e doutorado e qual seria sua carga horária. A proposta inicial considerava que o PDE seria formatado como uma pós-graduação. Mas, ao longo das conversas com os diversos agentes participantes do PDE, houve o consenso de que o PDE não constituía um programa de pós-graduação nos moldes acadêmicos, ou seja, não competia com os mestrados e doutorados das IES, mas que buscava a promoção e a qualificação do professor da Rede de Educação Básica em suas carreiras.

Em reuniões com o gabinete de Maurício Requião, foi-se delineando como seria essa Formação Continuada em Rede e como seriam constituídos os Grupos de Trabalho em Rede (GTR), uma inovação proposta pelo secretário.

Nesse período, a SEED realizava a discussão para a construção das Diretrizes Curriculares Paranaenses em contraposição aos Parâmetros Curriculares Nacionais. O secretário da Educação mobilizou a equipe de dirigentes da SEED (aproximadamente 200 técnicos) por cerca de dois meses, para promover essa construção que consideramos inédita e histórica. Meses após, a equipe pedagógica do PDE se constituiria de técnicos que participaram ativamente da discussão das

diretrizes curriculares e, sem dúvida, altamente comprometidos com a Educação Básica do Paraná.

Em paralelo às ações interinstitucionais, estavam sendo elaborados os documentos para o processo seletivo: Edital de Distribuição de vagas (redistribuição), Edital de Convocação para inscrição no PDE, Termo de compromisso do Professor do PDE, Termo de desistência do PDE, Formulário de matrícula: dados/endereço/e-mail/NRE, Resoluções: Comissão Pedagógica e Equipe Pedagógica, Minutas Conselho do PDE, Minuta do Convênio com a SETI, Documento para os núcleos orientando a elaboração da matrícula do PDE, reunião descentralizada com as IES e o professor PDE, reunião com Orientadores. A proposta para a Regulamentação do PDE também exigia esforço teórico e administrativo da equipe sob minha gestão.

A equipe e a Comissão Pedagógica elaboraram a versão preliminar da Proposta Pedagógica do PDE, que nesse momento sofreu a apreciação, por determinação da Superintendência, de todos os Departamentos de Ensino da SEED. As sugestões dos professores, indicados nominalmente pela Superintendente, foram incorporadas à proposta.

Num primeiro momento, a estrutura do PDE contou com um Conselho do PDE composto por representantes da SEED, SETI, APP-Sindicato e Conselho Estadual de Educação (CEE), porém não se efetivou até o final de 2010, embora esteja minutado no Relatório de Ações 2006-2010.

Foram pautas de trabalho nesse período que antecedeu ao primeiro edital de seleção para o Programa:

- a) elaboração de instruções normativas de faltas e de concessão de bolsas-auxílio para deslocamento e alimentação dos professores participantes – exigência da CFC – contou com o trabalho da equipe PDE, da Coordenação de Formação Continuada (CFC) e da Superintendência;
- b) inserção do PDE no Portal Dia a Dia Educação (espaço para o PDE na página virtual da SEED);
- c) encaminhamento de minuta para o convênio com a SETI.

Ressalto que o diretor-geral da SETI, professor Jairo Pacheco, trabalhou ao lado da Coordenação, sensível às suas demandas e dificuldades. O diálogo com a SETI foi favorecido pelo empenho da Diretoria em implantar o Programa e pelo reconhecimento, manifestado nas reuniões, da importância do PDE, tido pelo professor como inovador e essencial para transformar a relação do Ensino Superior com a Educação Básica.

Para a seleção dos professores da Rede Pública de Ensino, foi estabelecido contato com a Universidade Estadual de Londrina (UEL), por meio da Coordenadoria de Processos Seletivos (COPS/UEL), para elaborar a proposta do processo seletivo dos professores que ingressariam na primeira turma do PDE. Esta se deu com uma prova de seleção composta de compreensão de texto, conhecimento específico (também com interpretação de texto), num total de 30 questões, sendo 15 de Língua Portuguesa e 15 na área específica da disciplina de concurso do professor, todas dando ênfase à interpretação de texto, com valor 7,0. A redação teve valor 7,0, e a Superintendente da Educação propôs que a nota de corte tivesse o valor 5,0. O custo do processo seletivo proposto pela UEL foi orçado em R\$ 197.000,00.

Alguns dos professores que participaram do processo seletivo polemizaram questões que constaram das provas. Assim, a pedido da Superintendente, os Departamentos de Ensino elaboraram Parecer sobre as provas da UEL. Esses pareceres foram entregues a mim pela Superintendente da Educação. Não houve, no entanto, uma análise global dos apontamentos dos Departamentos de Ensino, pois foi nosso entendimento e da SETI de que a situação deveria ser objeto de discussão com a COPS/UEL e não com os Departamentos da SEED.

Dada a particularidade da proposta do Programa e à reduzida equipe do PDE, a Comissão Ampliada transformou-se em uma Comissão Pedagógica, denominada pela coordenação de "força-tarefa", formada por um representante de cada Departamento, com o objetivo de discutir, analisar e fazer sugestões para a proposta curricular do PDE, dimensionando a carga horária e a quantidade de créditos semestrais, bem como a elaboração de todos os documentos, planejamentos, estratégias de ação, convênios com as IES, que constituem o corpo do PDE. Essa se fez necessária pelo volume de trabalho e a urgência em concluí-lo.

No entanto, a colaboração da força-tarefa não se efetivou totalmente, pois algumas chefias da SEED não liberaram seus componentes, por diversas razões. A equipe diminuiu também pelo afastamento de uma professora, para atender ao requisito ético, também proposto pela Superintendente da Educação, de que aqueles que concorressem a uma vaga não deveriam participar da elaboração do programa.

As ementas para os cursos deveriam partir das Instituições de Ensino Superior (IES) com foco nas Diretrizes Curriculares do Paraná, porém, a definição final foi do Departamento de Educação Básica (DEB). Teve início também a discussão de uma estrutura logística no Portal Dia a Dia Educação, com dados necessários para informar gerencialmente o andamento do Programa, que foi a criação do sistema de gerenciamento do PDE denominado Sistema de Acompanhamento Integrado em Rede (SACIR).

Nessa discussão sobre a possibilidade da criação de Sistema *on line* específico para o PDE, que visava o controle da participação do professor e seu monitoramento, foi feito o ajuste do sistema existente na SEED para atender às necessidades do Programa, prevendo a participação, inicialmente, de 1200 professores e contemplando as diferentes etapas do processo, pois a Coordenação de Capacitação considerava apenas a frequência dos participantes de cursos na SEED (presença/ausência).

Houve, nesse período, a solicitação de que as chefias dos NREs indicassem dois representantes para constituir equipe PDE nos núcleos, sendo um professor retirado da Equipe Pedagógica e outro da CRTE, pois já havia sido produzido material de divulgação (folder e cartaz). Nas reuniões regionais que se seguiram com todos os professores já selecionados para o PDE, realizadas nos NREs, foram discutidas questões relacionadas ao afastamento e às substituições dos professores em suas escolas. Dessas reuniões, foram anotadas várias sugestões que contribuíram na constituição de uma formulação para o afastamento do professor PDE.

4.1 Problemas, Impasses e Soluções

Passado o primeiro semestre da implementação, na avaliação do que já havia sido realizado e do que ainda se constituía como desafio, percebo que o programa corria o risco de inviabilizar-se por completo, devido à incompreensão da

Superintendência da Educação (SUED) sobre a dimensão do PDE enquanto política pública educacional – ousada e inovadora na área da formação continuada. A equipe encontrou resistências na colaboração desejada, existindo:

- a) sistemático e constante empecilho burocrático e administrativo ao andamento do Programa (SUED/Capacitação e Jurídico);
- b) retirada de representante do setor Jurídico do Grupo de Trabalho (aponta problemas, sem dar a solução efetiva, pois o Jurídico se posicionou que somente daria parecer aos documentos do PDE depois que eles estiveram concluídos);
- c) impedimento da Coordenadora do PDE de participar do primeiro Seminário de Políticas Públicas realizado em Foz do Iguaçu, em 01 de julho de 2006, para apresentar o Programa;
- d) impedimento da coordenadora do PDE, por parte da Superintendente, do contato direto com os NREs;
- e) veto pela Superintendência quanto à indicação de consultores (para assessoria técnica), a fim de concretizar e aprofundar a relação de parceria entre SEED/IES;
- f) incompreensão da SUED/Capacitação sobre a real dimensão do Programa enquanto Proposta Pedagógica que substituiria a forma de Capacitação realizada até o momento – as dificuldades apontadas nas provas realizadas pela UEL e o alto índice de não aprovação no Processo Seletivo do PDE (segundo os pareceres dos Departamentos, indicativos de que a prova foi difícil) refletem também, conforme avaliação do Grupo de Trabalho, o valor do programa de capacitação em curso, tal como vinha sendo encaminhado pela SEED;
- g) falta de avaliação dos propósitos da formação continuada desenvolvido pela SUED e da necessidade de analisar até que ponto ela está sendo eficaz;
- h) indicação da coordenadora do setor de Capacitação de que o PDE era apenas um braço da formação continuada da SEED.

Porém, o entendimento do gabinete do secretário e desta coordenação era diferente. Pretendíamos, com o fortalecimento do PDE, que este se transformasse no único Programa de Formação Continuada da SEED, devido à sua proposta abrangente de trabalho em Rede. Ao lado de projetos como Portal, Fera e Com Ciência, de enormes dimensões educacionais, o PDE, enquanto, no seu início, um programa de governo, também assumiu grande importância e dimensão complexa. Mas, esteve subestimado e emperrado pela burocracia interna da SEED.

Apesar dessa limitação interna, o governo procede a um investimento grandioso na educação, aumentando de 25% para 30% o orçamento da Educação.

Para superar as situações descritas anteriormente, medidas urgentes foram propostas, tais como:

- a) maior autonomia da Coordenação e da Comissão Pedagógica na gerência do Programa, como forma de viabilizá-lo de modo responsável e como desejava o governador do Estado;
- b) compreensão definitiva por parte da SUED de que as atividades da capacitação deveriam ser integradas ao PDE, pois a formação continuada em rede abarca praticamente todas as ações desenvolvidas pelo processo de capacitação;
- c) definição pedagógica ("espinha dorsal") do PDE: conteúdos curriculares (diretrizes, programa, disciplinas, projeto político-pedagógico, entre outras);
- d) prioridade da SUED ao PDE enquanto política pública de formação com apoio integral às equipes, cronograma de reuniões da Superintendência com a coordenação do Programa e com a SETI/IES.

Em relação às questões administrativo-financeiras, também parte decisiva para a efetivação do Programa, alguns dos embates foram:

- a) os recursos para pagamento dos docentes das IES seriam proporcionais ao número de orientandos (no máximo seis orientandos por professor-orientador);
- b) as IES questionavam o valor pago aos docentes por considerá-lo baixo;
- c) em relação ao deslocamento para os eventos do PDE, as despesas ficariam por conta da SEED;

- d) possibilidade de repasse de recursos da SEED para as IES para melhoria da infraestrutura e compra de equipamentos;
- e) as IES solicitaram à SEED que fornecesse perfil socioeconômico e acadêmico do professor PDE, a fim de que a universidade pudesse conhecer antecipadamente seu aluno e assim indicar os professores orientadores (UEL, UEM), pois a linha de pesquisa do orientador IES seria levada em conta para a orientação.

Em relação às questões de recursos humanos, considerando o afastamento dos professores de suas funções docentes para a efetivação do Programa, alguns dos embates foram:

- a proposta inicial de afastamento dos professores era de 50%, distribuídos durante o ano com a indicação de um período fixo para todos os professores PDE. Depois de inúmeras reuniões e debates com o Grupo de Recursos Humanos da SEED, sobre qual seria a melhor maneira de afastamento, ficou definido que este teria de ser de 100% no primeiro ano, sem prejuízo no vencimento e carreira dos professores;
- as disciplinas e ementas dos cursos de pós-graduação e/ou de mestrado, com o número de vagas ofertadas e cronograma foram encaminhadas pelas IES à SEED para, de posse dessas informações, selecionar aquelas que estivessem de acordo com as Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná;
- houve uma proposta de que a carga horária dos Professores do PDE/PR fosse contabilizada como Curso de Extensão, o que não aconteceu;
- professor que concorresse a cargo eletivo (em 2008, houve eleições para vereador e prefeito), não poderia participar do PDE simultaneamente;
- o GRHS normatizou que, caso o professor em licença sem vencimentos quisesse retornar às suas funções para ingressar no PDE, não ficaria prejudicado no período não usufruído.
- no caso de diretores de escolas que quisessem participar do Programa, a escola deveria encontrar uma alternativa para o afastamento durante o primeiro ano, nomeando substituto;
- professor com dois cargos, caso estivesse em Licença Especial ou em Licença Sem Vencimentos no cargo não inscrito no PDE, deveria retornar para assumir o Programa (em 2006);

- professor PDE em exercício nos NREs poderia permanecer, mas deveria implementar a sua proposta de trabalho em sua escola de lotação;
- professor que tivesse padrão no Município e no Estado foi orientado a procurar o NRE para que este informasse ao Município a sua participação no Programa; pois SEED não responde pelos professores dos municípios;
- os participantes que possuíssem duas linhas funcionais não poderiam fazer a troca de linhas de disciplina e de concurso;
- professor PDE em 2007 não pode participar do Concurso de Remoção;
- para quem tinha carga horária de 20 horas, a dedicação ao Programa era de 100%;
- professor em cargo de direção ou vice-direção permaneceu no cargo até dezembro de 2006;
- as faltas do professor PDE no Programa eram abonadas de acordo com o previsto em Lei;
- a escolha do orientador das IES foi feita pelos coordenadores e o critério era a disciplina do professor PDE e a sua proposta de trabalho, atrelado à linha de pesquisa do orientador;
- nesse período, a SEED ofertava Grupos de Estudo aos sábados – uma formação continuada certificada da qual muitos professores PDE já participavam antes de iniciar o Programa. Caso o professor quisesse, poderia continuar participando, mesmo afastado da escola, seguindo os procedimentos já adotados para esse funcionamento;
- existia um grande receio de o PDE ser paralisado com a mudança de governo; assim houve preocupação em formalizar o Programa por meio de Resolução Secretarial para assegurar os direitos do professor, tais como auxílio transporte, gratificação da educação especial, entre outros;
- ficou definido que, havendo desistentes, seria estipulada data-limite para a segunda chamada ao PDE;
- havia a preocupação quanto à qualidade do ensino devido à necessidade de contratação de professores substitutos para as turmas dos professores afastados para o PDE, pela falta de professores disponíveis para possíveis contratações;

- professor com 20 horas e mais 40 horas em cargo administrativo ficava afastado pelo número de horas de concurso;
- a Avaliação de Desempenho ficava suspensa durante o Programa;
- a desistência do professor no PDE poderia ser feita sem prejuízo até o início das atividades do Programa;
- se o professor selecionado fizesse parte da equipe da Coordenação Pedagógica da escola o diretor deveria providenciar um substituto;
- o acompanhamento do Professor do PDE foi descentralizado e monitorado por profissional do NRE (cumprimento das horas presenciais e/ou não presenciais) nos Grupos de Estudos;
- os avanços dos professores da Rede, participantes nos Grupos de Estudos, seguiram os critérios contidos na Resolução n.º 2008/05;
- num primeiro momento, fez-se necessário conhecer o sistema das IES para verificar a forma como eram monitorados seus cursos e como poderia ser o acompanhamento dos professores do Programa nas IES, e depois foi criado o SACIR;
- ficou a critério do Orientador o controle do cumprimento das atividades e a carga horária do professor do PDE por meio de um relatório padrão;
- Professor que já havia utilizado seu título de Mestre e/ou Doutor para ascender ao nível II, poderia usá-lo novamente ao participar da prova de títulos (segunda etapa de sua inserção no PDE), porém só receberia Certificação, após participar das atividades inerentes ao Programa;
- Professor PDE, no 1.º período, deveria elaborar o seu Plano de Trabalho para ser desenvolvido com os professores da rede no Grupo de Trabalho em Rede (GTR). Esse Plano/Projeto deveria estar disponível no Sistema da CCPE para que, no 2.º período, os professores da Rede se inscrevessem. Esse Projeto poderia durar o mesmo tempo do Programa, contabilizando horas para avanços horizontais (formato que foi aprimorado com o tempo);
- constaram no Termo de Convênio da SEED com a SETI as responsabilidades tanto administrativas, como pedagógicas das IES, detalhamento sobre as questões orçamentárias no que se refere à administração e pagamento dos profissionais envolvidos;

- os professores orientadores das IES receberam uma bolsa de R\$ 2.000,00 por semestre (R\$ 500,00/mês).
- foi prevista uma grade curricular diferenciada para os professores com *lato e strictu sensu*, sendo o primeiro e último períodos iguais para todos os professores PDE. Os professores com *strictu sensu* foram dispensados de algumas atividades como aulas e seminários e a proposta era de que essa carga horária fosse destinada para a promoção da capacitação de professores da base;
- foi minutado o regimento interno dos prédios Integrar-PDE, porém, até o final de 2010, não havia sido implementado;
- esta coordenação respeitou as linha teóricas apresentadas e a autonomia da equipe do PDE, sem impor limites ao desenvolvimento do Programa;
- repasse das informações sobre o Programa foi realizado em todo o Estado do Paraná pela coordenação do PDE e sua equipe, garantindo assim, uniformidade de linguagem;
- os seminários temáticos foram realizados em eventos regionais presenciais, com palestrantes da área educacional de renome nacional e internacional;
- as Aulas Inaugurais foram realizadas com todos os professores selecionados no PDE, no Teatro Guaíra em Curitiba com programação cultural;
- nas universidades em que os reitores e pró-reitores assumiram integralmente o Programa, os problemas, quando houve, foram mínimos.

Observa-se, assim, que esse processo não foi tranquilo. Apresentou etapas bastante complexas, justamente por ser uma proposta nova. Foi intensamente discutido entre os pares – gestores, professores, APP-Sindicato – e o que se efetivou foi o melhor possível naquele momento, dadas as condições históricas. A energia, o empenho e o profissionalismo colocados por todos que acreditaram no Programa possibilitaram uma inovação e um avanço na educação paranaense. Ao final de 2010, éramos, aproximadamente, 26 pessoas na equipe do PDE e tínhamos uma casa-sede na SEED.

Uma parte essencial e também inédita do PDE foi formulada ao se desenhar o Grupo de Trabalho em Rede, o qual será descrito a seguir. Essa proposta foi formulada, principalmente, pelos professores Welington Tavares e Ricardo Hasper, componentes da equipe tecnológica/pedagógica do PDE.

4.2 Grupos de Trabalho em Rede (GTR): uma breve reflexão

Os Grupos de Trabalho em Rede (GTR) surgiram como uma importante atividade do Programa de Desenvolvimento Educacional, pois pretendiam promover a inclusão dos professores da Rede no processo de formação continuada dos ingressos no PDE. Além disso, o GTR também se apresentava como um recurso capaz de, efetivamente, permitir o acesso a produções teóricas de diferentes áreas do conhecimento e/ou disciplinas da Educação Básica, resultantes dos estudos e pesquisas realizadas pelos professores PDE, bem como contribuir no aprimoramento desses materiais, por meio de discussões sobre questões pertinentes à educação básica.

Durante o período de permanência no Programa, especial atenção é dada à formação tecnológica dos professores PDE, para, dessa forma, também possibilitar a interação desse professor com os demais professores da Rede, através de Grupos Virtuais de Trabalho ou Grupos de Trabalho em Rede (GTR).

O Grupo de Trabalho em Rede foi idealizado em 2006 e implementado em 2007, com o objetivo inicial de socializar o projeto de implementação pedagógica do professor PDE com os seus pares na escola. Nesse contexto, a temática do GTR, no ambiente virtual, é determinada pelo projeto do professor ingresso no PDE, o que também rompe com a prática comum de cursos estruturados para esse contexto, pois, ao invés de fornecer ao professor um ambiente previamente formatado, com temas arbitrários e descontextualizados da realidade escolar, propõe-se que os desafios apontados pelos professores PDE, dignos de aprofundamento, sejam discutidos e debatidos pelos professores da Rede.

Ressalta-se que o projeto de implementação envolve todas as ações do professor PDE e as discussões no GTR versam sobre os contatos realizados na escola, atividades desenvolvidas com alunos e/ou professores, o tempo dedicado para efetivar tais ações, os recursos materiais e estratégias pedagógicas utilizados, as contribuições dos alunos, professores e o envolvimento da equipe pedagógica e direção escolar.

No ambiente virtual também é apresentada a Produção Didático-Pedagógica do professor PDE, cujo objetivo principal é tratar de questões referentes à concepção, desenvolvimento e utilização da Produção Didática/material didático elaborado pelo professor PDE.

Nesse sentido, o professor apresentará os resultados, desafios ou as contribuições de sua produção didático-pedagógica para as atividades realizadas na escola.

Portanto, os GTRs, com base nos princípios da construção colaborativa do conhecimento, promovem a integração de diferentes saberes docentes, contribuindo significativamente tanto na formação dos professores PDE como na dos demais professores da Rede, pois as construções coletivas, emergentes de uma multiplicidade de intercâmbios, viabilizam subsídios para a constituição de subjetividades produtivas, desejantes e revolucionárias, em uma rede simbólica por excelência (GOMEZ, 2004).

4.2.1 GTR: entre o dito e o feito

Inicialmente, a proposta teve como foco principal o atendimento à totalidade dos professores da Rede Pública de Ensino, ou seja, o número de vagas para cada GTR foi dimensionado considerando, à época, os 44.300 professores do Estado do Paraná, o que exigiu, da coordenação do Programa, um minucioso plano de ação para a organização, desenvolvimento, implementação e acompanhamento das atividades nos referidos grupos.

Nesse contexto, vale lembrar, a formação continuada de professores da SEED ocorria nos moldes de Grupos de Estudos presenciais, tendo como estrutura básica um coordenador responsável pela orientação das atividades, lista de frequência dos membros do Grupo, e encaminhamento dos textos-síntese para os Núcleos Regionais de Ensino. Eram certificados, pela SEED, os professores que tivessem 100% de frequência nos grupos presenciais. O GTR, a princípio, foi concebido observando uma estrutura semelhante.

Assim, cada GTR poderia ter até 37 participantes, desde que fossem professores da mesma área de conhecimento, do Quadro Próprio do Magistério (QPM) e residissem no município do Professor PDE. Essa última exigência tinha como intenção facilitar o contato do professor participante do GTR com o coordenador do grupo.

As atividades dos Grupos de Trabalho em Rede foram previstas para ocorrerem sempre no primeiro semestre, período no qual o professor PDE sob orientação do Professor Orientador das IES, discutiria as questões relacionadas ao seu objeto de estudo e Plano de Trabalho. Nesse contexto, dentre outras estratégias a serem

desenvolvidas, os professores integrantes dos GTR teriam a oportunidade de conhecer os textos e autores utilizados para aprofundamento do tema do professor PDE.

Para atender a essa demanda pedagógica, foram previstos para o GTR encontros presenciais e a distância, distribuídos nos dois primeiros períodos de funcionamento do Programa. Outro aspecto importante a destacar foi a proposta de incluir os professores da Rede na fase de elaboração do material didático a ser implementado nas escolas pelo professor PDE.

A produção de um material didático, em parceria com os pares da Rede Pública de Ensino, concederia maior legitimidade ao trabalho proposto, visto que os professores autor e coautor poderiam socializar e copartilhar as experiências docentes em distintos contextos de ensino. Diante do exposto e considerando a concepção e estrutura do PDE, foram idealizadas, inicialmente, algumas etapas para implementação da proposta do GTR. Contudo, vale reafirmar, essas ideias passariam por significativas mudanças em um período posterior. As etapas previstas foram (SEED/PDE, 2006-2010):

1. Divulgação aos Professores da Rede da forma de adesão e critérios de participação nos Grupos de Trabalho em Rede.
2. Inscrição nos Grupos de Trabalho em Rede.
3. Definição da Estrutura dos Grupos de Trabalho em Rede.
 - Coordenador: Professor PDE
 - Carga-horária: 32h presenciais + 8h estudos = 40h
 - Período: um ano letivo
 - Local: Estabelecimento de ensino do Professor PDE
4. Início das atividades dos Grupos de Trabalho em Rede.
5. Certificação do Professor da Rede da primeira fase.

Terminada a fase de inscrição, os professores estariam em condições de iniciar as atividades presenciais que seriam, preferentemente, realizadas no Estabelecimento de Ensino, aos sábados, ou em outro dia da semana, conforme a realidade local.

A etapa a distância ocorreria a partir do segundo período, sobretudo porque o professor PDE, no período anterior, realizaria uma formação para utilizar o Sistema Virtual, ainda em desenvolvimento, com o qual trabalharia.

Esse sistema, além de auxiliar nas atividades a serem realizadas a distância, também seria responsável pelo acompanhamento e gerenciamento da implementação de todas as atividades do PDE. Tal sistema, denominado de Sistema de Acompanhamento e Integração em Rede (SACIR), foi idealizado pelo professor Otto Henrique Martins da Silva e desenvolvido pela Celepar. Contudo, o SACIR acumularia muitas funções e, em tese, não teria condições de atender às especificidades pedagógicas previstas para o GTR, sendo necessária a organização de um Ambiente Virtual de Aprendizagem para esse fim.

O GTR foi uma proposta ousada e sem precedentes tanto no Estado do Paraná como no Brasil, e exigia uma logística inexistente, à época, na estrutura organizacional da própria Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Portanto, as ideias iniciais passaram por algumas modificações, e as atividades dos GTR previstas como semipresenciais seriam realizadas totalmente a distância. Para isso foi desenvolvido o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) "e-escola".

O AVA e-escola surge, portanto, para atender às necessidades do Programa de Formação Continuada da SEED-PR, exclusivamente na modalidade a distância.

O AVA foi desenvolvido em plataforma MOODLE, por ser um software livre, gratuito e voltado para a aprendizagem. Além disso, o MOODLE dispõe de um conjunto de recursos tecnológicos que viabilizariam a disponibilização de conteúdos de aprendizagem em um espaço virtual.

Ressaltamos que os GTR significaram possibilidades reais de formação continuada de professores da Educação Básica na modalidade a distância, sendo considerado a primeira experiência envolvendo a EaD na SEED.

Apesar de o processo de seleção do PDE ter ocorrido em 2006, os Grupos de Trabalho em Rede só tiveram início em 2007. Naquele ano, as inscrições para participação nos Grupos foram de forma automática, ou seja, compulsoriamente, contudo, o candidato deveria confirmar sua adesão ao Grupo. Inscreveram-se um total de 22.705 professores. Desses, somente 37% concluíram as atividades.

Nesse contexto, é importante considerar que não houve formação específica para o professor PDE atuar como tutor em seus GTRs; primeiro, porque o Centro de

Educação a Distância (CEaD) estava em fase de organização; e, segundo, porque a formação de tutoria também não havia se estruturado enquanto curso de formação para o PDE.

Outra questão, igualmente importante, a ser relatada é que o professor PDE organizava o próprio ambiente de curso, com base em um modelo criado pela equipe gestora do PDE, sem a possibilidade de fazer qualquer tipo de interferência ou modificação. Em vista disso, oferecia-se um curso de oito horas, coordenado pelas Coordenações Regionais de Tecnologias na Educação (CRTEs), cujos conteúdos eram: conhecimento da plataforma e-escola; edição e estruturação dos cursos, conforme modelo estabelecido pela coordenação do PDE.

Na primeira edição do GTR, alguns problemas foram identificados e corrigidos para a versão seguinte. Dentre as modificações previstas, citamos que, em 2008, optou-se por inscrições voluntárias. Além disso, a Diretoria de Tecnologia é reestruturada e cria uma Coordenação de Educação a Distância. Foram incluídas no currículo PDE 32 horas de formação tecnológica presencial (informática básica, SACIR e MOODLE) e 64 horas a distância (curso de tutoria em EaD) e maior aproximação das equipes CeaD – educação a distância, CFC – formação continuada, CAUTEC – tecnologias na educação e PDE para melhor acompanhar os GTR 2008.

Nesse período, um grande avanço para o trabalhos dos GTR foi a criação equipe de Monitoria, cujo objetivo era acompanhar os professores PDE durante todo o desenvolvimento dos GTRs, tendo como foco as questões técnicas, ou seja, as dificuldades de utilização dos recursos do AVA.

4.2.2 GTR: período de consolidação

O trabalho de monitoramento demonstrou ser fundamental para a superação dos problemas encontrados no decorrer do GTR, principalmente porque a principal ação da equipe era observar e registrar sistematicamente o progresso das atividades desenvolvidas, com foco na ação do professor-tutor. Por meio do registro, foi possível gerar informações importantes que colaboraram para o aperfeiçoamento dos cursos GTR.

Em 2008, observou-se maior participação e permanência dos professores da Rede nos GTR, pois, dos 15.090 inscritos, aproximadamente 69% concluíram as atividades propostas.

No ano de 2009, após as mudanças na estrutura de acompanhamento, o número de professores cursistas interessados em participar do GTR aumentou significativamente, chegando próximo de 30.000 inscritos. Cabe dizer ainda que o número de vagas ofertadas para o programa PDE passou de 1.200 em 2008, para 2.400 em 2009, o que ampliou, conseqüentemente, o número de turmas nos GTRs. Com esse aumento, houve a possibilidade de redução no número de cursistas por turma; em 2009 eram, aproximadamente, 25 professores da Rede por GTR. Esse quadro possibilitou um melhor acompanhamento das atividades do grupo por parte do professor PDE.

Tendo em vista a complexidade da formação e desenvolvimento dos Grupos de Trabalho em Rede, fez-se necessário um trabalho conjunto de todas as Coordenações envolvidas (Coordenação do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), Coordenação de Formação Continuada (CFC), Coordenação de Apoio ao Uso de Tecnologias (CAUTEC) e Coordenação de Educação a Distância – CEaD).

Para que a proposta do GTR fosse colocada em prática, essas coordenações desenvolveram uma ação integrada para aperfeiçoar o processo de operacionalização, organizando uma estrutura de suporte e formação de abrangência central (na SEED), Regional (nos Núcleos Regionais de Ensino - NRE) e local (nas escolas estaduais de cada Núcleo Regional).

A CAUTEC é a Coordenação responsável, entre outras ações, pela assessoria e formação dos assessores em tecnologia e técnicos de suporte distribuídos nas 32 Coordenações Regionais de Tecnologia na Educação do Estado do Paraná (CRTEs). Cada CRTE trabalhava de forma descentralizada com cursos de formação para professores da Rede Pública Estadual de Ensino, com o objetivo de discutir o uso de tecnologias, dentro de uma proposta de estratégias que se articulam ao trabalho desenvolvido pelo professor em sala de aula.

As CRTEs também participavam da formação dos professores PDE para a atuação como professores-tutores em seus GTRs. Coube a CRTE formar o professor PDE para o uso tecnológico dos recursos disponíveis na escola.

A partir do ano de 2010, a equipe pedagógica do PDE identificou a necessidade de um acompanhamento mais próximo das questões pedagógicas e conceituais dos GTR, visto que se consideravam superados satisfatoriamente os problemas de natureza técnica, as dificuldades na utilização dos recursos do AVA. Portanto, um estudo foi realizado para organizar um Grupo de Assessoramento Pedagógico, constituído por profissionais dos Departamentos e Coordenações da SEED e dos 32 Núcleos Regionais de Educação (NRE) que junto à Equipe Pedagógica do PDE dariam início ao processo de assessoramento pedagógico do GTR.

O objetivo dessa ação seria implantar um sistema de acompanhamento pedagógico descentralizado junto aos GTR, com participação das equipes pedagógicas da SEED e professores egressos do PDE, com a finalidade de assegurar maior qualidade pedagógica ao processo de formação continuada ofertada por meio dos Grupos de Trabalho em Rede.

Entretanto, considerando o elevado número de Grupos de Trabalho em Rede – um total de 2400 e aliado a outras ações das equipes da SEED, alguns Departamentos não poderiam dispor de profissionais para esse trabalho. Nesse sentido, foi cogitada a ideia de contatar somente os professores egressos do PDE para desenvolver tal ação. Contudo, essa proposta foi indeferida e a equipe gestora do PDE precisou adequar a proposta original, utilizando os recursos disponíveis na SEED.

As atividades do Grupo de Assessoramento Pedagógico foram reduzidas a um plano-piloto desenvolvido no período de 13 de maio a 10 de junho de 2010, tendo como objetivos principais: acompanhamento às interações e postagens dos professores tutores nas duas últimas unidades do GTR, observando seus aspectos qualitativos e apresentando orientações pedagógicas, sempre que se fizerem necessárias.

Os assessores pedagógicos também deveriam avaliar a eficácia dos recursos e ferramentas de comunicação e interação disponíveis no AVA, bem como a estrutura proposta para operacionalização das ações de assessoria pedagógica.

As atividades de Assessoria Pedagógica ocorreram na modalidade a distância no AVA e-escola, onde foi estruturado um espaço de interação entre os professores-tutores e os assessores pedagógicos. Convém ressaltar que os professores-tutores do GTR foram distribuídos proporcionalmente entre os Assessores Pedagógicos, de forma que o Assessor Pedagógico teria no máximo 13 GTR sob sua responsabilidade.

No quadro a seguir, é possível visualizar o número de GTR acompanhados conforme a área de disciplina. Observamos, porém, que essa distribuição foi constituída por amostra de 10% do número total de grupos constituídos.

QUADRO 5 - NÚMERO DE GTR ACOMPANHADOS, SEGUNDO
ÁREA DE DISCIPLINA

DISCIPLINA	GTR	GRUPOS ASSESSORADO S (AMOSTRA)
Arte	50	5
Biologia	61	3
Ciências	185	17
Educação Física	232	15
Filosofia	1	1
Sociologia	1	1
Física	21	2
Química	38	4
Geografia	170	14
História	215	14
Língua portuguesa	423	27
LEM	109	7
Matemática	282	22
Total de GTR ⁽¹⁾	1788	
Total de assessores		132

FONTE: PDE/SEED (2010)

(1) Nessa ação-piloto, não foram incluídos os GTRs de Educação Especial, Pedagogia, Gestão e disciplinas técnicas

Coordenações do PDE e EaD realizaram avaliações em todas as edições do GTR. Os instrumentos objetivam diagnosticar as expectativas e considerações dos professores PDE, bem como registrar a opinião do professor da Rede em relação à sua participação no GTR. BARROS; SANTOS; OGLIARI afirmam que

GTR possibilita professores capacitarem outros professores, com qualidade e compromisso. Contudo, evidencia também a necessidade de preparo do formador, bem como a oferta de suporte, assessoria e acompanhamento por parte dos gestores do curso, para todos os envolvidos no processo [...] O Ambiente Virtual e-escola, da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, passa a ser um espaço de diálogo e produção, possibilitando aos professores conhecerem novos mecanismos de interação e de construção de conhecimento (2011, p.10584).

Nesse sentido, a educação inicial e/ou continuada, sobretudo, nesse modelo de formação de professores proposto pelo PDE, que aproxima, por meio das discussões dos Grupos de Trabalho em Rede, professores de diferentes realidades

para repensar a própria prática pedagógica, deverá ser convertida em uma experiência viva, dialógica. Destacamos, porém, que o presente estudo é um fragmento de uma investigação maior, cuja natureza complexa e desafiadora, busca compreender como os coautores da formação proposta pelo Programa de Desenvolvimento Educacional se comunicam no GTR, considerando os saberes das disciplinas, os saberes curriculares, os saberes da formação profissional e os saberes da experiência, que nas vozes de TARDIF, LESSARD e LAHAYE (1991) constituem, possivelmente, o que é necessário saber para ensinar.

Para GOMEZ (2004, p.14) "não adianta distribuir tecnologias sem ideologia, sem formação, sem método, sem mudar o paradigma. Aprender em rede supõe um paradigma educativo oposto ao paradigma individualista, hoje dominante". Nesse sentido, vale a ressalva do autor, "um computador conectado com o mundo, em sintonia com o coração e a mente de professores e alunos, não será apenas mais uma tecnologia na escola. Ela poderá representar um grande salto qualitativo para ela" haja vista que pensar a formação de professores em ambiente virtual também exige novas posturas, em que colaboração, presença, interatividade, comunicação, mediação e acompanhamento são indissociáveis da prática pedagógica.

5 INDICAÇÕES PARA A CONTINUIDADE E MELHORIA DA POLÍTICA PÚBLICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DO PDE

A criação da Lei Complementar n.º 103/2010, que instituiu o PDE, foi o primeiro passo para a sua continuidade. Apesar de termos avançado, não foi o suficiente, pois a proposta necessita ser aprimorada sistematicamente.

Dentre os condicionantes que se fazem necessários para que um programa com essas características e dessa envergadura possa ser efetivamente consolidado, apontamos os seguintes:

- gestão livre de condicionantes e limites ideológicos por parte da coordenação;
- manutenção de uma equipe qualificada, como a que efetivou o PDE inicialmente, ou seja, com um perfil específico de mestres e doutores (equipe altamente qualificada e comprometida com a proposta);
- fortalecimento do diálogo estabelecido – e em caráter permanente – entre a Educação Básica e o Ensino Superior, com a criação de um Fórum Permanente de Debates PDE/SEED/IES;
- compromisso com a qualidade da educação e vontade política clara;
- reconhecimento do PDE como um fórum que contempla todas as linhas teóricas;
- concepção de formação continuada, tendo como espinha dorsal um programa como o PDE, que integre Educação Básica e Ensino Superior e promova a formação em rede, onde as formações de todos os departamentos passem pelo Programa, promovendo assim a integração entre os departamentos e coordenações e otimizando os recursos financeiros para qualificação;
- periodicidade no processo seletivo – o calendário escolar preestabelecido deve ser respeitado para garantir a saída e substituição de professores em sala de aula;
- elaboração de instrumento de contratação para execução de Processo Seletivo, ou melhor, critérios de seleção que tenham em vista a formação continuada de professores, sendo privilegiados os que mais necessitam de formação;

- periodicidade no repasse de recursos às IES – pontualidade nos pagamentos de bolsas-auxílio aos professores orientadores;
- os professores selecionados com mestrado e doutorado deverão cursar o Programa, mesmo que parcialmente, dando assim sua contribuição na elaboração de materiais didáticos para a Rede Pública de Ensino;
- a SEED e o Sindicato poderão discutir um novo nível no Plano de Carreira do Magistério, para contemplar financeiramente os mestres e os doutores;
- discussão pela SEED e APP-Sindicato de um novo Plano de Carreira que contemple professores para atuar nos setores administrativos da SEED, sem prejuízo na carreira;
- os professores que passam para o nível III poderão ser indicados como docentes na formação de outros professores e poderão assim pontuar para sua progressão – essa articulação promove a integração entre os departamentos e coordenações da SEED;
- as ementas dos cursos específicos do Programa deverão ser pautadas nas linhas de pesquisas definidas pelos departamentos da SEED;
- garantia das conquistas na carreira e na participação no PDE como: pagamento integral das bolsas-auxílio para deslocamento;
- funcionamento da proposta dos Grupos de Trabalho em Rede tal como concebido neste estudo, para a ampliação das discussões dos Planos de trabalho dos professores PDE;
- grupo de gerenciamento e assessoria para os professores participantes dos Grupos de Trabalho em Rede (GTR) podem ser retirados das equipes pedagógicas dos departamentos da SEED;
- 40 horas para todos os professores da Rede Estadual de Ensino, sendo 20 horas em sala de aula e 20 horas para sua formação docente;
- regulamentação da progressão (ascensão em classes dentro de um nível) no nível III do Plano de Carreira, utilizando os professores concluintes PDE como docentes da formação continuada destinada aos professores nos níveis anteriores;

- equiparação da certificação do PDE para os dois cargos do professor, mesmo que um dos cargos não se encontre no nível II, classe 11;
- Contratação de consultoria permanente para o Programa, como a realizada em 2009, com a contratação da professora doutora Acácia Zeneida Küenzer, da UFPR;
- promover estudos periódicos de avaliação e monitoramento do Programa.

Finalizando essas indicações para a continuidade e o aprimoramento do PDE, considero essencial a valorização do ineditismo da concepção do Programa, especialmente quando faz a ponte entre a Educação Básica e o Ensino superior, e dos reflexos positivos promovidos pelas ações arrojadas durante a implementação, como, por exemplo, os GTRs. Avalio também que sejam necessárias a divulgação ampla e contínua do Programa, em seus aspectos estruturais, e a disseminação de informações precisas e atualizadas sobre a promoção na Carreira dos professores e a sobre a qualidade no ensino promovida pelo PDE. Os avanços foram muitos nesses anos, mas, se não houver espaço para melhorias, corre-se o risco de que a inércia apague o brilho dessa proposta inédita, ousada, que promoveu avanços na educação do Paraná, tornando-se, não por acaso, referência para outros estados da Federação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância do entendimento do referencial teórico em Bourdieu, especialmente da Teoria do Campo e seu conceito de *habitus*, foi essencial para a compreensão do papel dos agentes na elaboração e implementação do PDE. Foi esse conhecimento que me permitiu identificar os intervenientes, ou seja, as relações de poder que se estabeleciam nos diversos campos durante a elaboração e na implementação da proposta.

Neste relato de ações do PDE, pode-se observar a complexidade da proposta, com suas nuances e particularidades. As dificuldades foram superadas paulatinamente pela equipe-núcleo do PDE, cujo trabalho foi fundamental para o êxito do Programa – professores incansáveis no seu melhor ofício.

Em minha percepção, o PDE deixa três grandes legados:

- a) em termos administrativos, a normatização de um marco legal culminado na Lei Complementar n.º 103/2010, para uma proposta de Formação Continuada em Rede;
- b) em termos físicos, a construção dos prédios "Integrar-PDE" em cada uma das universidades parceiras, tornando concreto o nosso sonho de diálogo e integração entre o Ensino Superior e a Educação Básica, com a assinatura pelo governador Roberto Requião, em 2009, de um Termo de Cooperação Técnica com as IES, na tentativa de perenizar o Programa por, pelo menos, 10 anos;
- c) em termos pedagógicos, a proposta deixou uma grande herança aos professores de todas as redes de ensino: os Cadernos Pedagógicos do PDE, contendo a produção pedagógica dos professores que concluíram o Programa.

Não conseguimos, no período, a integração necessária entre as equipes pedagógicas dos departamentos da SEED e o PDE, para que todo o material produzido pelos professores PDE fosse lido pelas equipes e integrado às formações disciplinares. Em 2008, contratamos uma equipe de revisor e editor de texto para, em 2009, publicarmos no Portal Dia a Dia Educação os Cadernos PDE, socializando,

assim, essa produção com todos os professores da Rede. Também em termos acadêmicos houve uma grande efervescência em discussões sobre a formação contínua que o Programa oferecia. Esta trouxe como aporte para a formação continuada teses, monografias e artigos. Essa contribuição foi levantada bibliograficamente e anexada a esta dissertação.

Acredito que o Programa foi historicamente o maior legado deixado à educação paranaense em termos de formação continuada de professores. Os alunos receberam professores renovados e com brilho no olhar; os professores, por sua vez, foram efetivamente valorizados; e o Ensino Superior estabeleceu o início de um diálogo imprescindível com a Educação Básica.

Avalio, na condição de Coordenadora Estadual do Programa durante o período de 2005 a 2010, que a passagem da formação que antecedeu o PDE para a formação continuada proposta pelo Programa foi definitiva, sem volta ao modelo anteriormente praticado. O êxito da proposta, em meu entendimento, está em não partir do pressuposto do déficit e, sim, do respeito ao conhecimento e à experiência que os professores trazem de sua formação e de sua prática docente.

Com este registro dos principais aspectos da formulação e implementação do PDE, das dificuldades, obstáculos, limitações e avanços, quero acreditar que ficam para o campo da Educação uma memória e uma história rica e exitosa de valorização dos professores paranaenses.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Marli; SIMÕES, Regina; CARVALHO, Janete; BRZEZINSKI, Iria. Estado da arte da formação de professores no Brasil. **Educação e Sociedade**, ano XX, n.68, dez. 1999.
- BACH, M. R.; SANTOS, W. T. O PDE no contexto da formação continuada. In: **X Educere e I SIRSSE**. Formação de professores e profissionalização docente. Curitiba, 2011.
- BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu**. Tradução de: Lucy Magalhães. Petrópolis: Vozes, 2003. Disponível em: <www.vozes.com.br>.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. **Poder, derecho e clases sociales**. Bilbao: Editorial Desclée de Brouwer, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas sobre a teoria da ação**. Tradução de: Mariza Corrêa. 11.ed. São Paulo: Papyrus, 2011. Disponível em: <www.papyrus.com.br>.
- BRANCO, Cristina. **Formação continuada de professores**: focalizando a realização teórica-prática. Evento de Extensão no formato de "Grupo de Estudos" ofertado pela UEL em conjunto com o Colégio Estadual Antonio Garcez Novaes. Maringá: UEL, 2007.
- BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. 5.ed. Brasília, 2010. Disponível em: <www.bd.camara.gov.br>. Acesso em: 2011.
- BRZEZINSKI, Iria; GARRIDO, Elsa. Análise dos trabalhos do GT formação de professores: o que revelam as pesquisas do período 1992-1998. **Revista Brasileira de Educação**, n.18, set./out./nov./dez., 2001.
- CARVALHO, Janete Magalhães; SIMÕES, Regina Helena Silva. O processo de formação continuada de professores: uma construção estratégico-conceitual expressa nos periódicos brasileiros. **Cadernos de Pesquisa do PPGE/UFES**, Vitória: UFES/PPGE, n.8, 1999.
- DAMASCENO, Áurea Regina. **Das condições objetivas às representações de "boa" escola**: um estudo da produção e dos produtos das representações dos atores do processo educativo escolar. 2007. Tese defendida no Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob orientação da Professora Doutora Maria das Mercês Ferreira Sampaio e da Professora Doutora Alda Junqueira Marin. São Paulo, 2007.
- FREITAS, Helena Costa Lopes. A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada. **Educ. Soc.**, Campinas, v.28, n.100 – Especial, p.1203-1230, out. 2007. Disponível em: <www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 2012.
- FREITAS, Helena Costa Lopes. Certificação docente e formação do educador: regulação e desprofissionalização. **Educ. Soc.**, Campinas, v.24, n.85, p.1095-1124, dez. 2003. Disponível em: <www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 2012.
- FREITAS, Helena Costa Lopes. Formação de professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação. **Educ. Soc.**, Campinas, v.23, n.80, p.136-167, set. 2002. Disponível em: <www.cedes.unizcamp.br>. Acesso em: 2012.

GATTI, Bernardete A. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. **Revista Brasileira de Educação**, v.13, n.37, jan./abr. 2008.

GOMEZ, Margarita Victoria. **Educação em rede** – uma visão emancipadora. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2004. (Guia do Escola cidadã; v.11).

GONÇALVES, Nadia G.; GONÇALVES, Sandro A. **Pierre Bourdieu educação para além da reprodução**. Petrópolis: Vozes, 2010. Disponível em: <www.vozes.com.br>.

JESUS, Maria Aparecida de Oliveira; GOMIDE, Angela Galizzi Vieira. **Políticas de formação de professores**: alguns apontamentos sobre a formação em nível médio, no Estado do Paraná, a partir do ano de 2003.

KUENZER, Acacia Zeneida. **As políticas de formação**: a constituição da identidade do professor sobrance. **Educação & Sociedade**, Campinas: CEDES, ano XX, n.68, dez. 1999.

MARCELO, Carlos. Pesquisa sobre a formação de professores: o conhecimento sobre aprender a ensinar. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n.9, set./out./nov./dez. 1998.

OGLIARI, C. R. N.; Barros, G. C.; SANTOS, W. T. A participação de professores da rede pública do estado do Paraná nos grupos de trabalho em rede. In: **X Educere e I SIRSSE, 2011**, Curitiba. Formação para mudanças no contexto da educação: políticas, representações sociais e práticas, 2011.

ORTENZI, Denise I. B. Grassano. **Resenha da obra professores e formadores em mudança**: relato de um processo de reflexão e transformação da prática docente. In: CELANI, Maria Antonieta Alba (Org.). **Signum – Estudos da Linguagem**, Londrina, 10(1): p.211-222, jul. 2007.

ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

PARANÁ. **Lei Complementar n.º 103**. Dispõe sobre o Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná. Curitiba, 2004.

PARANÁ. **Lei Complementar n.º 130**. Regulamenta o Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE, instituído pela Lei Complementar n.º 103/2004, que tem por objetivo oferecer formação continuada para o professor da rede pública de ensino do Paraná. Curitiba, 2010.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Documento síntese**. Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE. Curitiba, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Educação é a força motriz da economia**. Entrevista. Disponível em: <www.contee.org.br/noticias/educacao>. Acesso em: 14 jun. 2012.

SAVIANI, Dermeval. **O PDE está em cada escola**. Disponível em: <www.revistaescola.abril.com.br/gestao-escolar>. Acesso em: 14 jun. 2012.

SAVIANI, Dermeval. O plano de desenvolvimento da educação: análise do projeto do MEC. **Educ. Soc.**, Campinas, v.28, n.100, Especial, p.1231-1255, out. 2007. Disponível em: <www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 2011.

SETTON, Maria das Graças Jacintho. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v.20, maio/ago., p.60-70, 2002.

SILVA, Otto Henrique Martins da. **O programa de desenvolvimento educacional do Paraná – PDE/PR. EDUCERE/PUC:PR, 2009.** Disponível em: <www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais>. Acesso em: 08 out. 2011.

SILVA, Wilson Carlos Lima. **Biografias: construção e reconstrução da memória. Fronteiras**, Dourados, MS, v.11, n.20, p.151-166, jul./dez. 2009.

SZYMANSKI, Heloisa (Org.); ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; PRANDINI, Regina Célia Almeida Rego. **A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva.** Brasília: Liber Livro Editora, 2004.

VASCONCELLOS, Maria Drosila. Pierre Bourdieu: a herança sociológica. **Educação & Sociedade**, Campinas, ano XXIII, n.78, abr. 2002. Disponível em: <vasconcellos@wanadoo.fr>. Acesso em: 2011.

VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski; GOMIDE, Angela Galizzi Vieira. **História da formação de professores no Brasil: o primado das influências externas.** (Artigo).

WACQUANT, Loic. **Esclarecer o habitus.** Traduzido do Inglês por: José Madureira Pinto e Virgílio Borges Pereira; revisado por Carla Augusto e pelo Autor. **Body and Soul: Notebooks of an Apprentice Boxer.** New York: Oxford University Press. (Trad.: Port. Corpo e alma. Notas etnográficas de um aprendiz de boxe. Trad.: . Angela Ramalho. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

ZAGO, Nadir. 2003. A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática de pesquisa. In: ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília Pinto de; VILELA, Rita Amélia Teixeira (Orgs.). **Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

Levantamento bibliográfico

AUDI, Luciana Cristina da Costa. **"Eu me Sinto Responsável" os impactos do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) sobre a formação de professores de inglês.** 2010. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Curso de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2010.

BACH, Maria Regina. **O papel do Estado do Paraná no regime de colaboração para a formação inicial e continuada dos professores dos municípios.** Dissertação (Mestrado Profissional) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá – UEM. Maringá, 2012.

BACH, Maria Regina; SANTOS, Welington Tavares dos. O PDE no Contexto da formação continuada de professores. X CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE. I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO – SIRSSE, 7 a 10 de novembro de 2011.

BARBOSA, Juliana Costa. Políticas educacionais no Estado do Paraná: um olhar sobre a produção acadêmica (1995-2008). Resumo de Teses e Dissertações. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba: UFPR, n.10, p.73-75, ago./dez. 2011.

BARROS, Gilian Cristina; SANTOS, Welington Tavares dos; OGLIARI, Cassiano Roberto Nascimento. A participação de professores da rede pública do Estado do Paraná nos grupos de trabalho em rede. X CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE. I Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação – SIRSSE, 7 a 10 de novembro de 2011.

CHAGAS, Fundação Carlos. **Formação continuada de professores**: uma análise das modalidades e das práticas em estados e municípios brasileiros. São Paulo: Fundação Victor Civita, 2011.

CZELUSNIAK, Sonia Maris; ASSIS, Kleine Karol; ROEHRIG, Silmara Alessi Guebur. O Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE/PR): um espaço para a reflexão sobre a prática dos professores de biologia. publicação. X CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (EDUCERE). I Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação (SIRSSE), Curitiba: PUC/PR, 7 a 10 de novembro de 2011.

EL KADRI, Michele Salles; CAMPOS, Alcione Gonçalves; SOUZA, Adriana Grade Fiori. Modelo de formação continuada do PDE-PR: o diálogo necessário entre escola básica e ensino superior? **Entretextos**, Londrina, v.11, n.2, p.121-141, jul./dez. 2011.

FIORIN, Renato. **Investigação da proposta de implementação do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) no Estado do Paraná**: aspectos positivos e negativos. 2009. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação, em Ensino de Ciências e Educação Matemática da Universidade estadual de Londrina. Londrina, 2009.

GABARDO, Cleusa Valério; HAGEMeyer, Regina Cely C. **Formação docente continuada na relação universidade e escola: construção de referências para uma análise a partir da experiência do PDE/PR**. Disponível em: <www.dx.doi.org/10.1590/S0104-4060201000200007>. Acesso em: 17 maio 2012.

HOCHULI, Elisângela Belniaki. **PDE – Programa de Desenvolvimento Educacional do Paraná**. Monografia apresentada como requisito à conclusão do curso de Especialização em Políticas e Gestão da Educação da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

JOST, Araci. Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE). Política Pública de Formação Continuada do Estado do Paraná: limites e perspectivas. X CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE. I Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação – SIRSSE, 2011. Disponível em: <aracijost@hotmail.com>. Acesso em: 2011.

LOPES, Mônica; LUNARDI, Vivian Uno. Plano de Desenvolvimento Educacional do Estado do Paraná (PDE): uma análise reflexiva sobre este programa de formação continuada. **Anais... IX Encontro do CELSUL**. Palhoça-SC: Universidade do Sul de Santa Catarina, out. 2010.

MARTINS, Sandra Mara. **Considerações pedagógicas acerca do potencial transformador do PDE na escola**. Disponível em: <sandmm@seed.pr.gov.br>. Acesso em: 2011.

MORAES, Denise Rosana da Silva; GOMES, Iara de Oliveira; TERUYA, Tereza Kazuko. Formação continuada de professores e professoras: O PDE/PR. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, n.43, p.183-201, set. 2011.

MORAES, Denise Rosana da Silva; GOMES, Iara de Oliveira; TERUYA, Tereza Kazuko. **PDE do Paraná**: uma política de formação continuada e de valorização da carreira docente na rede pública estadual. Maringá: UEM, 2011.

NADAL, Beatriz Gomes. **Política educacional paranaense para formação de professores**: um olhar a luz dos textos políticos. Ponta Grossa: UEPG [s.d.].

OGLIARI, Cassiano Roberto Nascimento. Os saberes dos professores: marcas de uma trajetória de vida. IX CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, Curitiba: PUC/PR, 26 a 29 de outubro de 2009.

OGLIARI, Cassiano Roberto Nascimento. **PDE-PR**: um programa de formação continuada de professores que tem a escola como objeto de estudo. 2009. Tese (Doutorado do Programa de Estudos Pós-Graduação em educação) – História, Política, Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2009.

OLIVEIRA, Rosineide de Jesus. **Análise dos argumentos das Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Estado do Paraná no ensino de ciências nas séries finais do ensino fundamental**. 2008. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência e o Ensino de Matemática do Centro de Ciências Exatas da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Maringá, 2008.

ORSO, Paulino José. A qualidade da educação básica e os PDEs. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, n.8, Mensal. Disponível em: <www.espacoacademico.com.br>. Acesso em: 15 maio 2012.

PARANÁ. SEED. Documento Institucional. **Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) – Seminário Integrador 2011**. (Reunião Técnica com os Representantes PDE/NRE). Coordenação Estadual do Programa de Desenvolvimento, 2011. Disponível em: <www.pde.pr.gov.br>. Acesso em: 2011.

PARANÁ. SEED. Documento Institucional. **Relatório de Ações PDE – 2006 a 2010**. Coordenação Estadual do Programa de Desenvolvimento, 2010. Disponível em: <www.pde.pr.gov.br>. Acesso em: 2011.

PARANÁ. SEED. Documento Institucional. **Uma nova política de formação continuada e valorização dos professores da educação básica da rede pública estadual. Documento-Síntese**. Coordenação Estadual do Programa de Desenvolvimento, 2007. Disponível em: <www.pde.pr.gov.br>. Acesso em: 2011.

ROCHA, Vanessa Camargo. **Tempos de superação para a educação paranaense?** uma leitura do discurso oficial a partir dos documentos orientadores das semanas pedagógicas. 2011. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Londrina, 2011.

SANTOS, Telma Regina dos; KIOURANIS, Neide Maria Michellan; SILVEIRA, Marcelo Pimentel da. TIC Y EDUCACIÓN - tecnologia de informação e comunicação no contexto do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) do Estado do Paraná: uma parceria entre universidade e escola. CONGRESO IBEROAMERICANO DE EDUCACIÓN – METAS 2011, Buenos Aires, República Argentina, 13, 14 y 15 de septiembre de 2010.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A Teoria do *Habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação** (on-line), Rio de Janeiro, n.20, p.60-70, 2002.

SILVA, Everson Melquiades Araújo; ARAÚJO, Clarissa Martins de Araújo. **Reflexão em Paulo Freire**: uma contribuição para a formação continuada de professores. V COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, Recife, 19 a 22 de setembro de 2005.

SILVA, Otto Henrique Martins. **O Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE/PR)** - eixo temático: políticas públicas e gestão da educação. IX CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, Curitiba: PUC/PR, 26 a 29 de outubro de 2009.

SILVA, Otto Henrique Martins. **Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE/PR)** – uma política contrária à ortodoxia capitalista. IX CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, Curitiba: PUC/PR, 26 a 29 de outubro de 2009.

VIEIRA-SILVA, Claudomiro. O professor e sua obra: uma nova relação com o saber. **Anais do SETA**, n.3, 2009.